

UM *GRAFFITO* DO SÉCULO XV-XVI NO CASTELO DE MONTALEGRE

Mário Jorge Barroca

FLUP / CITCEM – UP
mbarroca@letras.up.pt

César Guedes

CITCEM – UP
cesarlguedes@gmail.com

ABSTRACT

Study of a graffiti identified in a tower of the castle of Montalegre, a fortification in the north of Portugal, built close to the Spanish border. The graffiti, representing a boat, occupies a large surface. An inscription, dated from 1580, related to the conclusion of works in the castle, suggests the chronology of the graffiti.

Keywords: Castle of Montalegre – Graffiti – Boat.

RESUMO

Estudo de um *graffito* identificado num torreão do castelo de Montalegre, uma fortificação raiana do Norte de Portugal, erguida próximo da fronteira espanhola. O *graffito*, representando um barco, ocupa uma grande superfície. Uma inscrição, datada de 1580, assinalando a conclusão de obras no castelo, poderá estar relacionada com a data do *graffito*.

Palavras Chave: Castelo de Montalegre – Graffito – Barco.

Há bastantes anos atrás – corria o ano de 1992 – e no contexto de uma outra investigação, um de nós identificou um *graffito* de grandes dimensões, representando um barco, gravado nos silhares do castelo de Montalegre. O projecto de o vir a publicar ficou logo equacionado. Em 1994 fizemos o seu levantamento, à escala 1:1, sobre película transparente. Mas múltiplas circunstâncias e azares foram ditando que o levantamento, então executado, ficasse sempre a aguardar uma melhor oportunidade. Ela surgiu agora, fruto da colaboração estreita entre os dois autores desta nótula, que entenderam que era altura de resgatar do esquecimento este *graffito* surpreendente.

O CASTELO DE MONTALEGRE

O castelo de Montalegre localiza-se na freguesia de Montalegre e Padroso, concelho de Montalegre, distrito de Vila Real e implanta-se a uma cota absoluta de 1011 m, tendo por coordenadas decimais: Lat.: 41.825837°; Long.: -7.790953°. Trata-se de um dos castelos raianos que defendeu a fronteira portuguesa, da qual dista, em linha recta, pouco mais de 6 km. Encontra-se classificado como Monumento Nacional pelo decreto-lei 136, de 16 de junho de 1910, publicado no *Diário do Governo* de 23 do mesmo mês.

Trata-se de uma estrutura militar com uma planta subcircular, sem esquinas ou ângulos. A sua cerca era, inicialmente, defendida por três torres de planta quadrangular, de dimensões progressivamente mais generosas: a mais ocidental é conhecida como a *Torre Pequena*, por ser a de menores dimensões; a do meio, um pouco maior, é designada *Torre do Relógio*; e a terceira, a maior de todas, é popularmente conhecida como a *Torre Furada* (Figs. 1 e 2). Esta última terá, muito provavelmente, desempenhado as funções de torre de menagem na primeira fase do castelo. Com efeito, esta torre apresenta uma entrada no piso térreo, à cota do pátio da fortificação, mas ela resulta de uma intervenção posterior. Na fase inicial, o acesso fazia-se apenas pela porta rasgada ao nível do adarve do castelo, no primeiro andar: uma porta dotada de tímpano com cruz rebaixada, que mais recorda a entrada de um templo do que a de uma torre de menagem. Como esta torre foi construída tangente à linha da face *interna* do pano de muralha, o acesso a esta porta era impossível a partir do adarve. Tinha de ser realizado a partir de escada colocada no pátio da fortificação. Esta circunstância, que a distingue das outras torres do sistema muralhado, aliada ao facto de ser a maior das três torres e de ser dotada de compartimentos, leva-nos a sugerir que ela tenha sido, na fase inicial, a torre de menagem do castelo de Montalegre (Fig. 15).

Segundo uma tradição, que não encontra comprovação inequívoca na documentação da época, o castelo de Montalegre teria recebido uma nova torre de menagem – a que ainda hoje sobrevive e que é identificada enquanto tal – no reinado de D. Afonso IV, no ano de 1331. Alguns estudos, de âmbito regional, registam mesmo a existência de uma inscrição com essa data, gravada nos silhares da torre de menagem, que não conseguimos descortinar. Américo Costa, no entanto, localizava esse letreiro na Torre do Relógio, associando-a à inscrição do Licenciado Manuel Antunes Viana, que adiante abordaremos. Mas também aqui não encontramos vestígio da sua existência. Tão pouco encontramos eco de obras nesta fortificação na Chancelaria de D. Afonso IV.

A implantação desta nova torre de menagem é muito significativa e característica da época em que foi erguida. Com efeito, ela não se localiza isolada no centro do pátio do castelo, mas foi construída adossada à face exterior da muralha, na zona voltada a norte, aquela que não tinha qualquer torreão a defender. A nova torre de menagem, gótica, apresenta entrada de primeiro andar, com acesso feito à cota do adarve do castelo e a partir de um passadiço de pedra, que ainda se preserva. À semelhança do que acontece nos castelos de Lindoso ou de Marvão, a superfície pétrica deste passadiço era interrompida, numa secção, sendo substituída por uma estrutura de madeira (hoje naturalmente ausente), que podia ser recolhida em caso de ameaça ou de emergência. Na vertical da porta de entrada foi construído um balcão com matacães. A solução repete-se em todas as restantes faces da torre de menagem, alinhando-se os balcões pelo centro das respectivas paredes. À mesma cota que estes balcões centrados foram criados outros quatro balcões, de ângulo, também dotados de orifícios para tiro vertical, que recordam as soluções adoptadas nas torres de menagem de Braga e de Chaves. A torre de menagem de Montalegre é, assim, um magnífico exemplo das torres de menagem góticas, sendo obra seguramente do século XIV (Figs. 12 a 14).

No interior da praça de armas deste pequeno castelo sobrevive, ainda hoje, a cisterna, uma estrutura de planta quadrangular com desenvolvimento vertical, à maneira de poço, com uma escada de acesso que desce até ao nível de água. Mas, como Duarte de Armas registou, nos tempos medievais erguiam-se mais construções no pátio do castelo (Fig. 2).

Os povoadores de Montalegre – “... *omnibus populatōribus qui habitaveritis in mea popula de terra de Barroso que vocatur Montealegre ...*” – receberam Carta de Foro das mãos de D. Afonso III, dada em Lisboa a 9 de Junho de 1273¹. Por ela os povoadores de Montalegre ficavam obrigados a

1 Cf. PMH, Leges, pp. 728-729; Chanc. D. Afonso III, vol. I, t. 2, Coimbra, 2006, doc. 488, pp. 82-84 (leitura que aqui seguimos).

pagar à coroa portuguesa 3.500 morabitanos repartidos em três prestações, a pagar nos dias 1 dos meses de Fevereiro, Junho e Outubro. E, determinava ainda o monarca: “... *vos populatores debetis michi dare ad placitum meum unum militem filium de algo, meum naturalem, qui vindicet quingentos soldos, qui faciat michi menaginem de meo alcazar, quando ego ibi illud fecero.*”². Destas últimas palavras de Afonso III se poderá deduzir que, em 1273, o castelo de Montalegre não passava de uma intensão da coroa portuguesa. De resto, e enquanto isso não acontecesse, os povoadores deviam as mesmas obrigações mas relativas ao castelo de Piconha: “... *et insuper vos predicti populatores debetis michi dare ad placitum meum unum militem filium de algo et meum naturalem qui vindicat quingentos soldos, qui faciat michi menaginem de Piconia.*...”³.

O esforço povoador de D. Afonso III soçobrou, no entanto, face a dificuldades diversas. Dezas-seis anos volvidos, a 3 de Janeiro de 1289, D. Dinis reconhecia que “... *a mha pobra de Montalegre era herma per razom que aqueles que hy ouverom de morar de pobramento que huus morrerom e os outros se fforon per razom do mal e de fforça que lhis os que hy andarom en meu logo faziam.*...”. Para resolver o problema confiou ao seu clérigo Pedro Anes a tarefa de fazer povoar de novo a terra, tendo ele sugerido ao monarca que “... *sse partissem os herdamentos dessa vila per Cem pobrados todos de novo assi como foy da primeira. E que dessem cada ano a mjm Cem maravedis velhos por eles.*...”⁴. O processo de povoamento da póvoa régia de Montalegre voltara, portanto, à estaca zero.

Vinte anos mais tarde, a 20 de Novembro de 1309, D. Dinis visitou Montalegre, talvez para confirmar o sucesso do esforço povoador, quiçá no termo de eventuais obras no castelo. Por essa ocasião, o concelho decidiu doar as aldeias, casais e herdades de Montalegre e da Terra de Barroso ao monarca, continuando a vigorar o compromisso de pagar a renda de 3.500 morabitanos por cada ano, mencionadas na primeira Carta de Foro, do tempo de D. Afonso III⁵.

As dificuldades de povoamento de Montalegre não ficaram, no entanto, sanadas. Um documento de D. Afonso IV, de 26 de Junho de 1340, aludia a novos obstáculos: “... *que no tempo da guerra que ora foy antre mjm e El Rey de Castela, que companhas do seu senhoryo d el Rey de Castela chegarom ao dicto logo de Montalegre e que quitaarom a moor parte del e que lhis ardeu hy entom a dicta carta que lhis assi o dicto meu padre dera* ...”⁶. O conflito entre D. Afonso IV e D. Afonso XI de Castela fora, portanto, a causa da ruína de Montalegre e da perda do original dos privilégios de D. Dinis, de 1289. As consequências do conflito de 1336-1339 na zona de Montalegre e da Terra do Barroso – “... *os danos e as perdas e o stragamento e queimas e roubos que recebemos do senhoryo de Castella* ...” – foram, de resto, objecto de mais dois diplomas de Afonso IV, datados de 1341⁷.

Os privilégios da vila de Montalegre foram confirmados por D. Pedro I a 14 de Outubro de 1360⁸ e mais tarde, em Novembro de 1433, por D. Duarte⁹.

Nos finais do século XIV voltamos a encontrar notícias sobre Montalegre, no âmbito da Crise Dinástica de 1383-85. Com efeito, o castelo de Montalegre fez parte da ampla doação que D. João I

2 Chanc. D. Afonso III, p. 82.

3 Chanc. D. Afonso III, p. 83.

4 Carta de Privilégio de D. Dinis, de 3 de Janeiro de 1289, transcrita em documento do juiz Garcia Peres e do tabelião Pedro Peres, datado de 2 de Janeiro de 1328, por seu turno inclusa em diploma de D. Afonso IV, de 26 de Junho de 1340 (Chanc. D. Afonso IV, t. II, doc. 234, pp. 360-363).

5 SANTANA, 2008, doc. 70, pp. 200-202.

6 Chanc. D. Afonso IV, t. II, doc. 234, p. 360.

7 Chanc. D. Afonso IV, t. III, doc. 295 (de 30 de Maio de 1341) e doc. 296 (de 24 de Abril de 1341).

8 Chanc. D. Pedro I, doc. 467.

9 Chanc. D. Duarte, vol. I, t. 1, doc. 155.

assinou a favor de D. Nuno Álvares Pereira, compreendendo bens em Trás-os-Montes ocidental – “... do nosso castello de Montalegre com sua terra e de Barroso e de Terra de Pena e do Reguengo de Basto e da Terra do Arco de Boilhe ...”¹⁰. A carta foi assinada em 28 de Abril de 1385, portanto antes da decisiva Batalha de Aljubarrota. Sublinhe-se, no entanto, que o castelo de Montalegre não deve ter ficado logo na posse de D. Nuno. Com efeito, a documentação revela que esta fortificação esteve, tal como muitas outras do Norte de Portugal, do lado de D. Beatriz e de D. Juan de Castela. Seria preciso aguardar pelo final do ano para que o clérigo João Longo e a população de Montalegre conseguissem recuperar o castelo, entregando-o a D. João I. Nessa altura, o monarca, em reconhecimento, concedeu o privilégio de isenção de portagem dos moradores de Montalegre em todo o reino¹¹ e doou um casal ao referido clérigo¹².

Registemos, por fim, que Montalegre integrou os bens da ampla doação que D. Nuno Álvares Pereira assinou, a 1 de Novembro de 1401, a favor de sua filha, D. Beatriz, por ocasião do seu casamento com o Conde D. Afonso, filho bastardo de D. João I¹³.

OS DESENHOS DE DUARTE DE ARMAS

O Castelo de Montalegre foi desenhado por Duarte de Armas, no seu *Livro das Fortalezas do Reino*, com duas vistas e uma planta¹⁴. Conforme o escudeiro de D. Manuel revela, a sua visita ao castelo deu-se quando à frente da fortificação estava D. João de Sousa, que também detinha a alcaidaria do castelo de Portelo. Sabemos que as abandonou em 1513.

Os debuxos mostram duas panorâmicas da fortificação e da área envolvente, uma tomada de sul e a outra tirada da banda de norte (Figs. 5 e 6). Esta extraordinária janela para os alvares do século XVI, permite observar que a póvoa de Montalegre era defendida por uma fortaleza de planta subcircular, dotada das 4 torres já referidas, assinalando-se nos desenhos a mais alta, com imposição de estandarte e legenda a informar que se trata da torre de menagem (Fig. 7). O reduto militar era circundado por uma barbacã extensa, hoje parcialmente desaparecida, mas da qual sobrevivem vestígios, que acompanhava o traçado da muralha e terminava nos cubelos redondos, dotados de troneiras, que protegiam o acesso à torre de menagem. Ainda nos dias de hoje, a plataforma que contorna o Castelo de Montalegre pela linha extramuros apoia-se sobre a contenção de sedimentos criada pela barbacã. Não muito longe da torre de menagem regista-se uma estrutura quadrangular, dotada de cubelos redondos, que defendia a entrada, acrescentada com a reforma de D. João II (como Duarte de Armas elucida em legenda do manuscrito de Madrid). Esteve durante muitos anos encoberta, tendo sido colocada à vista durante as escavações arqueológicas levadas a cabo em 1997-98. Hoje, desta estrutura, subsistem apenas algumas fiadas de silhares, preservando-se ainda o primeiro nível de troneiras (Figs. 16, 17 e 18). Igualmente desaparecido é o traçado do muro que delimitava o espaço destinado à vila e que se localizava na vertente Oeste do monte onde se implanta o castelo. Esta área, quando foi visitada por Duarte de Armas, encontrava-se despovoada, subsistindo apenas a igreja e algumas casas em ruína. O núcleo habitacional primitivo ocupava o sopé da vertente Sudoeste, sob o olhar protector da *Torre Furada*. Acima da povoação registava-se a forca e, a Noroeste, sobre o rio Cávado, o artista desenhou uma ponte de pedra com dois arcos.

¹⁰ Chanc. D. João I, vol. I, t. 2, doc. 736. Tb. transcrito em Chanc. D. João I, vol. IV, t. 2, doc. 544; e em Chanc. D. Duarte, vol. I, t. 1, doc. 500.

¹¹ Chanc. D. João I, vol. I, t. 3, doc. 1004, de 20 de Dezembro de 1385.

¹² Chanc. D. João I, vol. I, t. 3, doc. 1006, de 22 de Dezembro de 1385.

¹³ Chanc. D. João I, vol. II, t. 3, doc. 1441 – documento transcrito na confirmação de D. João I, datada de 8 de Novembro de 1401.

¹⁴ Cf. ARMAS, 2016 e ARMAS, 1990.

A informação contida na planta do castelo que o *debuxador* régio nos legou, permite obter um importante conjunto de dados sobre a organização do espaço no interior da fortaleza (Fig. 7). Indica, por exemplo, que existiam várias construções adossadas à muralha, algumas com piso sobradado ao qual se acedia por intermédio de escadaria exterior. Estes edifícios concentravam-se sobretudo no quadrante Norte da praça de armas, libertando de obstáculos a área a Sul, junto da cisterna e da *Torre Furada*. O acesso ao adarve realizava-se através de escadaria adossada à muralha, situada no lado Leste do pátio, e provavelmente também a partir dos edifícios implantados na zona Norte. Para além das informações que se podem retirar da análise gráfica da planta, Duarte de Armas deixou ainda anotados alguns pormenores sobre as estruturas da fortaleza, referindo as suas dimensões, as medidas das espessuras dos seus muros ou o número de pisos que as constituem¹⁵.

As leituras que temos vindo a enunciar são baseadas no manuscrito existente no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, mas, como é sabido, são conhecidos dois códices com os manuscritos desta obra ímpar da iconografia militar portuguesa. O exemplar que se guarda em Lisboa, no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, e que usamos para as leituras anteriores, é um produto acabado e mais completo, que acrescenta às duas vistas do castelo uma pormenorizada planta e terá sido concluído em data posterior a Março de 1510 (Figs. 5, 6 e 7). O outro manuscrito, guardado em Madrid, na Biblioteca Nacional de Espanha, está truncado e, por isso, tem menos castelos desenhados, para além de não apresentar plantas (Figs. 3 e 4). Como um de nós teve oportunidade de realçar recentemente, é de grande importância por se tratar do “caderno de campo” utilizado pelo escudeiro de D. Manuel I, onde este registou apontamentos ou pormenores que foram suprimidos na versão de Lisboa¹⁶. Este manuscrito terá sido realizado em data posterior a 14 de Novembro de 1508 e terminado antes de 1510, tendo sido a base de trabalho para o manuscrito guardado em Lisboa¹⁷.

A comparação dos dois manuscritos revela-nos a existência de algumas diferenças entre as duas versões. Desde logo, ressalta à vista o tratamento dado aos desenhos que o manuscrito de Lisboa contém. Nos debuxos de Madrid, Duarte de Armas limita-se a representar as volumetrias do castelo, com linhas retas e simples, sem recurso a qualquer tipo de “trama” ou preenchimento. Apenas silhuetas. Já no códice de Lisboa opta por aplicar textura aos muros, desenhando-lhes os silhares graníticos e completando a composição com pormenores “naturalistas”, como as árvores, a vegetação ripária, a ribeira, ou a utilização de tramas para acentuar a orografia acidentada do terreno. Para além destes detalhes, Duarte de Armas faz-se incluir no próprio desenho, montado a cavalo, com a lança ao ombro e acompanhado pelo seu pajem, que segue adiante, apeado e armado de espada e lança, em direcção à povoação.

Todos estes pormenores, que completam a composição final do desenho de Lisboa, estão ausentes do manuscrito de Madrid. Uma análise mais atenta aos debuxos do códice da Biblioteca Nacional de Espanha revela-nos um conjunto de informações bastante detalhadas, que foram suprimidas da versão final apresentada a D. Manuel I e que espelham o que o *debuxador* considerou mais relevante para integrar o trabalho final, deixando entrever o objetivo da encomenda: a caracterização do estado das fortalezas que constituíam a primeira linha de defesa do reino.

Apesar da importância que a análise comparativa entre os dois códices do *Livro das Fortalezas* se reveste não ser compatível com os limites desta pequena nótula dedicada a um *graffito*, e ser

15 Estes apontamentos foram valorizados pela recente leitura de João José Alves Dias, *vd.* ARMAS, 2016, p. 392.

16 O códice de Lisboa encontra-se depositado no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, com a cota “Caixa Forte, Ms. 159”, ou PT/TT/CF/159. As vistas do castelo de Montalegre encontram-se representadas nas folhas 97-98 e a planta na folha 131v. A cota do exemplar de Madrid é “Mss 9241”, localizando-se as vistas sobre o castelo nas folhas 52 e 53 da numeração moderna. Sobre a análise dos dois manuscritos do *Livro das Fortalezas do Reino*, cf. BARROCA, 2017a, pp. 183-205.

17 BARROCA 2017a, p. 196.

merecedora de um estudo autónomo, não poderemos deixar de evidenciar, ainda que muito sinteticamente, algumas das principais diferenças observadas nos debuxos de Montalegre.

A primeira grande diferença observada prende-se com o número de edifícios representados no aglomerado populacional, mais numeroso na versão de Lisboa, que regista, na vista de Sul, 40 casas. Para além disso, a organização urbanística que o autor atribuiu ao desenho final também é distinta. Enquanto no manuscrito de Madrid as casas se sucedem sem espaços entre elas, na versão final o desenhador optou por “organizar” o casario, deixando alguns espaços que parecem indicar a existências de 3 arruamentos. Optou, também, por modificar a orientação de algumas casas, que deixaram de ser representadas exclusivamente com o eixo maior de Leste-Oeste, aparecendo na versão final várias habitações orientadas no sentido Norte-Sul. Os próprios edifícios revelam características diferentes. No manuscrito de Madrid a maioria das casas têm coberturas de uma água só, revestidas a telha. Porém, na versão de Lisboa, uma grande parte das construções, para não dizer todas, mostram coberturas em duas águas, sendo maioritariamente revestidas de colmo e apenas algumas, poucas, cobertas por telha.

O facto de no manuscrito de Madrid Duarte de Armas assinalar as seteiras existentes nas quatro torres do castelo, mas não as representar na versão de Lisboa, também nos parece muito interessante. A inclusão das seteiras no debuxo final não se afigurava uma tarefa muito trabalhosa ou de difícil concretização para um desenhador hábil como Duarte de Armas. O escudeiro parece ter considerado pouco relevante a representação deste pormenor, numa altura em que a pirobalística assumia crescente importância e se começava a proceder a profundas e radicais adaptações nas fortificações¹⁸.

Nas vistas tiradas de Norte, no espaço destinado à cerca da vila, começamos por notar uma diferença na porta de acesso. No manuscrito de Madrid, o desenhador representou a porta com lintel reto, porém, no manuscrito de Lisboa, a entrada realiza-se através de uma porta com arco de volta perfeita. Esta entrada permitia o acesso à Igreja existente no espaço intramuros e que Duarte de Armas também representou de forma diferente. Na versão de Madrid, a igreja possuía uma pequena janela na capela-mor, um óculo na parede fundeira da nave, ligeiramente abaixo da empena, e uma porta na parede Norte do templo. Estes pormenores foram omitidos na versão de Lisboa, que representou a igreja sem aberturas, mas com duas cruzes implantadas nas empenas da nave e da capela-mor.

Digno de registo é, também, a legenda do manuscrito de Madrid, omitida no de Lisboa, revelando que os cubelos do sistema de ingresso foram mandados construir por D. João II¹⁹. Na Chancelaria do monarca não se encontra, no entanto, rasto das obras empreendidas.

Poucos anos depois da visita de Duarte de Armas, Montalegre recebeu *Foral Novo*, concedido por D. Manuel I em 1515.

Em suma, o castelo de Montalegre é um resultado, tardio, da política de reestruturação das defesas fronteiriças portuguesas, empreendida pela coroa. A sua construção ocorreu na segunda metade do século XIII, na fase final da vigência das *Terras* e das *tenências*. Não conhecemos, de resto, o nome de nenhum tenente para Montalegre. Mas temos os nomes de alguns alcaides: a 6 de Fevereiro de 1484 D. João II nomeou João Teixeira de Macedo como alcaide do castelo de Montalegre²⁰; em 1509-10, quando Duarte de Armas por ali passou, o alcaide era D. João de Sousa,

¹⁸ Aspecto que um de nós já havia realçado no prefácio ao estudo que Manuel Duarte Ferreira dedicou ao castelo de Mogadouro intitulado *Mogadouro 1509. Duarte de Armas Descodificado*. Cf. FERREIRA, 2012, pp. 9-10.

¹⁹ GOMES, 2003, p. 185.

²⁰ ANTT – Chanc. D. João II, Livro 1, fl. 57.

que desempenhou essas funções até 1513; em 1527 o alcaide chamava-se João Pequeno²¹; e, finalmente, em 1538 o cargo era ocupado por Simão de Miranda²².

Ao contrário de muitos castelos medievais, a importância de Montalegre não se esgotou com o arranque da Época Moderna e o triunfo de novas formas arquitectónicas adaptadas à pirobalística. Com efeito, o castelo chegou a sofrer algumas transformações durante o período da Restauração, quando se viu dotado de estruturas periféricas abaluartadas. Em 1758 continuava a receber, todos os meses, uma guarnição de nove soldados, um cabo e um sargento, que eram destacados de Chaves para Montalegre, revelando que ainda estava operacional. De resto, nas Memórias Paroquiais de 1758 encontramos uma preciosa descrição da sua estrutura que, porque demasiado extensa, nos dispensamos de aqui transcrever²³.

Na Real Academia de la História, em Madrid, conserva-se uma planta de Montalegre, datada de 1762, incluída no âmbito de um conjunto de plantas militares relacionadas com os preparativos para a invasão de Portugal pelas forças de Carlos III, no âmbito da chamada *Guerra Fantástica*. A invasão ocorreu em Maio de 1762. Esta planta, executada pelo mesmo autor que realizou uma outra planta, relativa a Bragança, revela-se muito elucidativa no que respeita ao estado de conservação do castelo de Montalegre e aos acrescentos que tinham sido introduzidos em Época Moderna, sendo um magnífico complemento para a minuciosa descrição de 1758. Salienta-se, nomeadamente, a estrutura periférica abaluartada, que rodeava o castelo medieval, da qual sobrevivem vestígios importantes, nomeadamente no revelim virado a Sul, junto da *Torre Furada*²⁴.

Feitos os devidos enquadramentos históricos, centremo-nos agora no *graffito*, que é, afinal, o motivo para este longo introito.

O GRAFFITO

No ângulo direito da *Torre do Relógio*, no silhar de esquina da terceira fiada acima da sapata, gravou-se uma inscrição moderna que ocupa as duas faces do silhar e que diz:

1/ REFORMOU · O · L^{do} MA | NOEL

2/ ANTUNES · DE VIAN | A · AÑO 1580

Ou seja, e desdobrando as abreviaturas, «*Reformou-o o L(icencia)do Manoel Antunes de Viana, Ano (de) 1580*». O silhar mede 165 cm de comprimento (pelos quais se registou a primeira parte das duas regras) e 75 cm de espessura (aproveitados para gravar a segunda parte das duas regras, separadas, na nossa leitura, por traço vertical). Tem uma altura de 34,5 cm e as letras da primeira regra possuem 9 cm de altura, enquanto as da segunda linha atingem 11 cm de altura (Figs. 8 a 11). Segundo Américo Costa, era esta inscrição que estaria associada à epígrafe de D. Afonso IV, de 1331, tal como em cima aludimos, a qual diria: «*A. Alf. 4.º Anno de 1331. Reformou o Ld.º Manuel Antunes de Viana. Anno de 1580*».

Esta inscrição moderna interessa-nos particularmente. Com efeito, é ao seu lado que se encontra gravado o *graffito* que aqui nos ocupa (Fig. 9). Este foi gravado na face Leste da segunda torre do castelo, portanto na face da *Torre do Relógio* que está voltada para a terceira torre – a *Torre Furada*.

21 FREIRE, 1909, p. 273.

22 *Demarcações de Fronteira*, vol. 3, p. 127.

23 Cf. CAPELA, BORRALHEIRO & MATOS, 2006, pp. 334-335.

24 MANSO PORTO, 1999, p. 62.

Quem era este Licenciado Manuel Antunes de Viana, que deve ter sido vedor ou responsável nomeado pela coroa para as obras de Montalegre? Não é fácil apurar. Mas António Machado Villas-Boas, numa nota ao seu *Cathalogo dos Varoens Illustres en Santidade, Letras e Armas da mui notável villa de Vianna do Lima*, um manuscrito redigido em 1724, registava:

“Na poesia foy insigne o Licenciado MANOEL ANTUNES VIANNA o qual cursando a Universidade de Coimbra fes todos os seus actos em verso latino e compôs muitas poesias que tiveram boa estimação e algumas se imprimirão de que não sabemos o título.”²⁵

Numa nota à margem do manuscrito acrescenta-se «*Barb. Machado não menciona*». Ou seja, das obras poéticas de Manuel Antunes de Viana não se regista qualquer entrada na *Bibliotheca Lusitana*, a monumental obra empreendida por Diogo Barbosa Machado e publicada entre 1741 e 1758²⁶. Esta anotação revela que o manuscrito de António Machado Villas-Boas, dado à estampa por Manuel Artur Norton, não era o original de 1724, mas antes uma cópia dos meados ou segunda metade do século XVIII. E, na realidade, o nome de Manuel Antunes Viana não consta na *Bibliotheca Lusitana* de Diogo Barbosa Machado. E também não figura no *Diccionario Bibliográfico Portuguez*, de Inocêncio Francisco da Silva²⁷. O seu percurso pelas Letras permanece, portanto, bastante obscuro. Mas o apontamento de António Machado Villas-Boas ajudou a levantar um pouco o véu no que concerne à sua identificação. Com efeito, nos registos da Universidade de Coimbra encontramos Manuel Antunes, filho de António Vaz e natural de Viana do Castelo, que tem registos no Arquivo da Universidade de Coimbra entre 1 de Fevereiro de 1566 e 30 de Junho de 1574. Frequentou a Faculdade de Cânones, onde veio a obter o título de bacharel, a 26 de Julho de 1572, e o de licenciado, a 25 de Junho de 1574²⁸.

O *graffito* de Montalegre representa uma embarcação e ocupa quatro silhares de granito, medindo 88 cm de comprimento e 84 cm de altura máxima. O silhar onde foi gravado o casco é de grande dimensão, medindo mais de 160 cm de comprimento e apresentando 34 cm de altura. O silhar central, onde se riscou parte do mastro e do cordame, tem formato quadrangular medindo cerca de 44 cm de largura por 40 cm de altura. O silhar do topo tem 104 cm de comprimento e a sua altura mede proximamente 30 cm (Figs. 19 e 20).

O desenho da embarcação é muito estilizado e simples e terá sido seguramente condicionado pela dificuldade de riscar o granito. Trata-se da representação esquemática de uma nau, com apenas um mastro representado, ligeiramente inclinado para vante, posicionado a meia-nau e encimado por um cesto a que se acedia por intermédio de duas escadas de corda. O mastro mede 64 cm de altura e posiciona-se ligeiramente descentrado do meio da embarcação, em direção à ré. É encimado por um cesto com 12 cm de largura e 10 cm de altura máxima. Da base do cesto parte uma linha ligeiramente curva que liga o mastro à proa do navio, indiciando poder tratar-se de uma grande vela, que termina, erradamente, na proa, junto do arranque de um grande *gurupés*. A escada ou cordame de acesso ao cesto da gávea tem 30 cm de altura, medidos do casco até à base do cesto. A altura dos “degraus” representados varia entre os 8 e 6 cm. No lado da proa a escada mede 8 cm de largura na base e 4 cm no topo. Na zona da popa a escada não apresenta variações, medindo aproximadamente 4 cm da base até ao topo.

O casco do navio, com os seus 84 cm de comprimento máximo, apresenta perfil em U, anguloso na roda de proa e recto na popa, na zona do cadaste. O desenho da proa é simples e bastante

25 VILLAS-BOAS, 1984, p. 173.

26 *Vd.* MACHADO, 1965-67. Na realidade, no vol. 3, não se regista qualquer entrada para Manuel Antunes de Viana.

27 *Cf.* SILVA, 1860-1893, vol. 5 (de 1860), ou vol. 16 (de 1893) – Suplemento de M. de Brito Aranha.

28 *Cf.* Arquivo da Universidade de Coimbra, PT/AUC/ELU/UC-AUC/B/001-001/A/007320. A coincidência cronológica e da naturalidade ajudam a dar credibilidade a esta identificação.

pronunciado, sem representação definida dos castelos, medindo 20 cm de comprimento na sobre guarita e 30 cm de altura máxima, encontrando-se elevada 4 cm em relação à popa. Da proa projecta-se um grande *gurupés* de onde sai um cabo que se liga à linha curva que parte do mastro e poderá corresponder à vela do navio.

A ré da embarcação, ou popa, é também de desenho linear, sem castelos definidos, mas a existência de uma pequena marca poderá indiciar a intenção do autor de delinear o arranque do castelo ou de uma coberta. Mede 10 cm de comprimento no chapitêu, 24 cm de altura máxima e encontra-se elevada em relação ao centro da nau em 9 cm. Em baixo, encontra-se representado o leme, de generosas dimensões, indiciando tratar-se de uma nau de grande tonelagem.

A atribuição de uma cronologia à embarcação tendo por base critérios exclusivamente estilísticos ou plásticos afigura-se problemática por vários motivos. Em primeiro lugar, porque desconhecemos a qualidade do traço do autor do *graffito*. Depois, pelo facto de ter sido riscado sobre granito, um material granuloso e pouco próprio para a fixação de detalhes ou pormenores. Para além disso, as dificuldades de atribuição de uma datação ao navio tendo por base a comparação com representações de outros barcos com cronologia conhecida, são também sublinhadas pelo facto de alguns tipos de navios perdurarem por longos períodos, por vezes mais de um século²⁹.

As características que se observam no *graffito*, nomeadamente a representação de apenas um mastro, a ausência de portinholas ou o perfil curvo do casco, muito similar ao da Nau de Mataró, embarcação votiva datada por C14 de *circa* de 1475, levar-nos-ia a recuar a cronologia da embarcação para meados do século XV ou inícios do século XVI³⁰. Todavia, devemos ter em atenção o contexto, nomeadamente a inscrição de 1580, relativa às obras de reforma do castelo de Montalegre pelo Licenciado Manuel Antunes de Viana, localizada junto do desenho. Esta data pode dar um enquadramento cronológico para a criação do *graffito*, eventualmente da autoria de um dos elementos da equipa que trabalhou na reformulação do castelo que, tal como o Licenciado Manuel Antunes, seria oriundo *de Viana*, um dos quatro portos mais dinâmicos do Norte de Portugal de Quinhentos (juntamente com Caminha, Vila do Conde e Porto). Certamente que, nessa circunstância, estaria familiarizado com as embarcações que aportavam à foz do Lima.

Junto do *graffito* observam-se ainda outras marcas gravadas na silharia granítica. No silhar imediatamente abaixo do desenho da embarcação observa-se uma sigla, em forma de chave, gravada num silhar retangular com 65 cm de comprimento e 35 cm de altura. A chave, de anel circular vazado, cano curto e palhetão de três dentes, mede 20 cm de altura por 10 cm de largura máxima. Na parte terminal, na zona do palhetão e dos dentes, mede 6 cm de largura e 8 cm de altura. No mesmo silhar onde se encontra gravado o casco do observa-se uma incisão de desenvolvimento vertical, talvez uma sigla incompleta, com 8 cm de altura e 6 cm de largura. Por seu turno, junto do cesto da gávea observa-se um traço horizontal com 6 cm de comprimento.

OS GRAFFITI COM REPRESENTAÇÃO DE BARCOS

Uma observação mais atenta das paredes dos nossos monumentos revela um variado e importante acervo iconográfico que importa resgatar da invisibilidade. Estes “micro-patrimónios” são constituídos por marcas, símbolos ou desenhos, que foram gravados, riscados ou pintados nas pedras e nos rebocos. Surgem quase sempre sob a forma de siglas ou marcas de pedreiros, pedras

29 BARATA, 1989, p. 28.

30 Agradecemos ao Revisor do texto a indicação da similitude entre o casco do *graffito* e da Nau de Mataró, que se conserva atualmente no Maritiem Museum Rotterdam. Cf. PUJOL i HAMELINK, 2008, p. 155.

de traçaria e de *graffiti*. Estes últimos, são relativamente abundantes, mas passam frequentemente despercebidos ao olhar do visitante.

O estudo destas figuras revela-se uma tarefa árdua, pois às dificuldades de visualização e de registo acresce ainda uma enorme variedade de motivos representados. Ao contrário do que acontece com as siglas, com as pedras de traçaria e até mesmo com as medidas-padrão medievais, os *graffiti* são o resultado de um impulso individual, espontâneo e impreparado. Foram frequentemente executados com uma ferramenta improvisada, revestindo-se de características únicas e irrepetíveis, que dificultam os trabalhos de sistematização. Deste modo, a atribuição de uma cronologia precisa a estes desenhos ou gravações revela-se complexa e talvez seja por isso que os investigadores portugueses ainda não lhes dedicaram uma atenção mais sistemática.

Foram muito variadas as motivações que levaram à gravação de símbolos, marcas ou desenhos nas paredes dos monumentos (nos silhares ou nos rebocos) ou sobre outras superfícies (como afloramentos rochosos, cerâmicas ou vidros). A multiplicidade dos temas representados, que pode assumir diferentes graus de complexidade, espelha essa mesma pluralidade de intenções. Estas gravações podiam assumir a forma de sinais ou siglas, que visavam identificar o seu autor, proprietário, ou até o seu conteúdo (como acontece, por exemplo, com *graffiti* incisos em peças de cerâmica). Podiam ser utilizados para assinalar a presença ou a passagem de alguém por um determinado local, como nos sugerem os frequentes autógrafos existentes nas paredes dos monumentos (como vemos, por exemplo, na parede Sul da igreja de Bravães e em muitos outros monumentos). Podiam ser testemunho de devoção (como vemos no *Cristo Morto* do Museu Nacional Machado de Castro, repleto de assinaturas grafitadas das freiras clarissas). Podiam servir para esclarecer identidades (como vemos nos jacentes de Domingos Joanes e Domingas Sabachais, na Capela dos Ferreiros, em Oliveira do Hospital). Ou podiam ser sinais de posse, como acontece com as marcas que os pescadores poveiros gravavam nos seus apetrechos de pesca, para os personalizar, e que, para legitimar o uso dessa sigla, gravavam igualmente em estruturas religiosas (na porta da Capela de Santa Cruz, Balazar; na porta da Capela da Sr^a. da Bonança, Fão; na mesa da sacristia da Igreja da Misericórdia, Póvoa do Varzim), como bem registou Santos Graça³¹. Por fim, não podemos esquecer que estes desenhos podiam, ainda, assumir um mero sentido mágico ou apotropaico (de que são exemplo os *graffiti*, muito comuns, gravados em lintéis e ombreiras de portas).

Os *graffiti* representam frequentemente objetos que, pelo seu significado ou pelo impacto que causaram na sociedade, adquiriram especial relevância. Nestes casos, as figuras gravadas revestem-se de adicional importância pois testemunham o que a sociedade, ou parte dela, considerava tão significativo que o decidiu marcar para a posteridade. Este desejo de registar e comunicar é intemporal, prevalecendo desde épocas pré-históricas até à contemporaneidade, surgindo até, por vezes, lado a lado. Tomemos apenas como exemplo a representação de uma locomotiva a vapor ou de um barco à vela que José Alcino Tomé decidiu gravar nas rochas do vale do Côa, nos anos 40 do século XX; ou então, o caso mais recente e lamentável, quando, em 2017, durante um passeio de bicicleta, dois ciclistas decidiram desenhar com uma pedra de xisto afiada, uma bicicleta, uma figura humana e a palavra “BIK” no painel onde se encontra gravado o famoso “Homem de Piscos”, *ex-libris* da arte rupestre do vale do Côa e Património Mundial da Humanidade³².

O *graffito* que se encontra gravado nos silhares do castelo de Montalegre parece enquadrar-se dentro desta categoria. Ele será seguramente o reflexo do fascínio que as grandes embarcações

31 GRAÇA, 1982, pp. 31-32.

32 Sobre a gravação do barco e da locomotiva cf. GARCÍA DIEZ & LUÍS, 2002-03 pp. 209-210; sobre a gravação no painel do “Homem de Piscos” cf. *Diário de Notícias*, ed. de 24.05.2017.

causaram na sociedade do século XVI, não só pelas riquezas que traziam a bordo ou pelas histórias e aventuras que os seus tripulantes contavam, mas também pelo forte impacto visual causado pelos navios. Não será, portanto, de estranhar que a representação de barcos seja um tema comum entre os *graffiti* riscados nas paredes dos monumentos, como enunciaremos de seguida.

Começamos por assinalar alguns exemplos de representações de barcos que, apesar de não serem *graffiti* e de se enquadrarem mais no domínio da escultura, nos parecem interessantes de mencionar. Referimo-nos em primeiro lugar ao barco esculpido em relevo no segundo contraforte (a contar da esquerda) da fachada da Sé do Porto, estudado por Octávio Lixa Filgueiras, que apontou similitudes com uma coca, embarcação típica do Norte da Europa, existente no museu de Bremen (Fig. 21)³³. Isabel Ruiz de La Penã González, identificou um relevo similar ao barco da Sé do Porto num arcossólio da igreja de Santa Maria de Concejo em Llanes, nas Astúrias, e uma outra representação de uma embarcação, esculpida num sarcófago³⁴. A autora faz ainda referência a alguns exemplos de barcos trabalhados em relevo em vários edifícios residenciais, incluindo o existente na casa que pertenceu a Pero Galego, na rua da Parenta, em Viana do Castelo (Fig. 22)³⁵. Mais recentemente Rosa Villar Quintero dedicou a sua atenção a algumas figuras de embarcações existentes na Igreja de Santa Maria de Baiona (Pontevedra), nomeadamente uma coca e uma barca, relacionando-as com as “*cofradías profesionales de la Baiona bajomedieval que contribuyeron económicamente en la construcción del templo*”³⁶.

No que respeita aos *graffiti*, o Mosteiro de Santa Maria da Vitória, na Batalha, é um caso excepcional no panorama nacional, não só pelas dezenas de figuras que foram desenhadas nos seus silhares, com recurso a tinta ocre, mas também porque entre elas se encontram representadas, segundo António Luís Ferreira “inúmeras barcas, caravelas, fustas, galés, naus, etc.” (Fig. 23)³⁷. Recentemente, Orlindo Jorge analisou e reproduziu fotograficamente um volumoso conjunto destes *graffiti*, incluindo inúmeros exemplos de embarcações³⁸. O estudo monográfico de dez destes *graffiti* náuticos foi empreendido por Adolfo Silveira Martins e Maria de Magalhães Ramalho, que publicaram os dois barcos da Sala do Capítulo e um presente na ala Norte do Claustro de D. João I (atribuindo-os aos séculos XV-XVI), um na parede exterior das Capelas Imperfeitas (talvez da mesma época), e outros aparentemente mais recentes (um no andar superior do Claustro de D. Afonso V, três na Adega dos Frades e mais dois nas paredes exteriores das Capelas Imperfeitas)³⁹.

Por serem pintados, os exemplos batalhinos recordam, obviamente, os *graffiti* do século XVI e XVII pintados nas paredes do Hospital do Espírito Santo dos Mareantes de Sesimbra, implantado no rés-do-chão da Capela da Espírito Santo. Este hospital, cuja edificação remonta ao século XVI, ao reinado de D. João III, manteve-se operacional até uma época tardia, tendo sido duramente afectado pelo Terramoto de 1755. Para consolidar a estrutura da capela, o piso térreo foi então preenchido com sedimentos. Em 1973 foi realizada uma primeira intervenção, que permitiu a identificação de um primeiro *graffito*, localizado junto de uma porta ogival, associado a uma data (1546), o qual foi estudado por Eduardo da Cunha Serrão e Vítor Serrão⁴⁰. Na década de oitenta procedeu-se à desobstrução de toda a área do velho Hospital, a qual foi objecto de um restauro empreendido entre 2000

33 FILGUEIRAS, 1982, pp. 112-117. Vd. também REAL, 1984, p. 37.

34 RUIZ DE LA PEÑA, 2014, pp. 31-49.

35 *Idem, ibidem*, p. 42.

36 VILLAR QUINTERO, 2017, pp. 359-376.

37 FERREIRA, 2014, p. 41.

38 Cf. JORGE, 2017a, pp. 21-22; JORGE, 2017c; JORGE, 2017d.

39 Cf. MARTINS & RAMALHO, 2016, pp. 301-311.

40 Cf. SERRÃO & SERRÃO, 1977, pp. 387-407.

e 2005. Foi no seu âmbito que foram colocados a descoberto mais cinco *graffiti* de barcos, alguns de cronologia um pouco mais tardia (Fig. 24), que foram estudados por Augusto Salgado, Jorge Freire e Tiago Fraga⁴¹.

Mas há mais exemplos de embarcações gravadas nas paredes de monumentos portugueses. Em relação ao vale do Mondego, Marco Penajóia teve oportunidade de identificar e de publicar um conjunto de *graffiti* no castelo de Montemor-o-Velho, entre os quais se conta um desenho de uma embarcação, gravado no reboco da parede externa da cisterna do Cercado Norte⁴². No mesmo estudo divulgou alguns dos *graffiti* náuticos que se conservam nas paredes do Convento de Santa Clara-a-Velha, e que aguardam um estudo à altura da sua importância. O mesmo se diga dos vestígios de traçarias, gravados nos rebocos da face exterior da parede Norte da nave, onde se localizou a primitiva *Sala de Risco* do estaleiro de Santa Clara, que continuam à espera de um levantamento rigoroso.

Patrícia Monteiro, no seu estudo sobre a pintura mural no Norte do Alentejo entre os séculos XVI a XVIII, registou diversos *graffiti* no castelo de Amieira do Tejo, “todos inscritos num desenho fino, produzido por um instrumento afiado sobre o reboco que, neste caso (dada a pouca profundidade do traço), já estaria seco”⁴³. Entre os vários desenhos que se sobrepõem nos rebocos da Torre de S. João Baptista, a autora destaca o “caso dos barcos de perfil medievo, com o seu casco baixo, uma única vela, de forma quadrangular, e seis remos terminando em pá, em forma de folha, talvez uma embarcação fluvial.”⁴⁴.

No castelo de Olivença são também conhecidos vários *graffiti* realizados no século XV e onde se gravaram mensagens e se representam vários motivos, nomeadamente soldados, uma personagem feminina portadora de um estandarte triangular com as quinas de Portugal, e diversos barcos⁴⁵. Estas figuras, “riscadas por mãos portuguesas” nas paredes da torre de menagem do castelo de Olivença, foram publicadas por Alfredo Pinheiro Marques⁴⁶.

Mais recentemente, Manuel Branco e Francisco Bilou identificaram no castelo de Arraiolos uma inscrição datada de 24 de Abril de 1385, onde se assinalou a construção de “doze ameias e castelonas”, o nome do pedreiro responsável pela obra e o nome do autor da inscrição. Foi precisamente nos rebocos que revestem estas doze ameias que foi gravado um barco e vários outros *graffiti*, constituídos por riscos de contagem, assinaturas, formas geométricas e “o que parece ser o retrato do pedreiro, dado que tem ao lado o seu nome”⁴⁷.

Em Évora, na Igreja de São Francisco, Francisco Bilou registou a existência de um barco “feito a ponta de prego sobre a parede” que infelizmente “desapareceu acidentalmente durante a actual campanha de obras de restauro e conservação do templo.”⁴⁸. O mesmo autor identificou ainda um outro *graffito* de uma embarcação, gravado num dos pilares do Aqueduto da Água da Prata, obra de Francisco de Arruda, concluída em 1535⁴⁹.

41 Cf. SALGADO, FREIRE e FRAGA, 2017, pp. 427-433. O *graffito* estudado por Eduardo da Cunha Serrão e por Vítor Serrão corresponde ao *Graffito* 1 deste estudo.

42 PENAJÓIA, 2014, pp. 231-252.

43 MONTEIRO, 2013, p. 89.

44 *Idem, ibidem*.

45 BARROCA, 2000, p. 26.

46 MARQUES, 2000, pp. 86-91.

47 BRANCO & BILOU, 2011 pp. 3-7.

48 BILOU, 2015.

49 *Idem*.

Nos rebocos da Couraça de Tânger, obra erguida pelas forças portuguesas no início do reinado de D. Manuel I, Abdelatif El-Boudjay noticiou a existência de um *graffito* de um barco gravado⁵⁰. Segundo Pedro Dias, as obras desta couraça terão sido da responsabilidade do mestre Jorge Dias⁵¹.

Se, até agora, convocamos exemplos de *graffiti* medievais criados em ambiente cristão, não se fique com a ideia de que eles foram exclusivos do Cristianismo. Com efeito, no Sul de Portugal conhecem-se diversos exemplos de *graffiti* em contexto islâmico. Registemos alguns exemplos que incluem embarcações.

No castelo de Alcácer do Sal, numa das paredes de taipa da Torre 13, de construção almôada, foi identificado um conjunto muito significativo de *graffiti*, que incluem riscos, nomes em caligrafia árabe, peixes e vários barcos. Um deles representa um barco de grandes dimensões, com 90 cm de comprimento e 50 cm de altura máxima, acompanhado do desenho de ondas estilizadas, um peixe e outros barcos de menor dimensão. Nicole Danièle Cottart e António Rafael Carvalho entendem que estas figuras terão sido realizadas no período compreendido entre 1191 e 1217 – portanto durante o segundo período de domínio muçulmano em Alcácer do Sal, depois da conquista de Abu Yacub Yuçuf e antes da tomada pelo bispo D. Soeiro Viegas⁵².

Em Mértola, as escavações arqueológicas realizadas em 2010, na zona ribeirinha, para a instalação de uma unidade hoteleira, permitiram identificar uma excepcional laje de xisto, com vários *graffiti*, entre os quais se contam 3 barcos. Esta importante peça iconográfica foi atribuída ao século XII, mas tendo em consideração que se encontrava reaproveitada num pavimento de meados dessa centúria ela poderá ser datada “hipoteticamente entre os séculos XI e XII”⁵³.

Mais a sul, no decurso de uma intervenção arqueológica realizada na necrópole medieval da Sé de Silves, foi identificada uma embarcação islâmica gravada sobre um bloco pétreo que se encontrava reutilizado numa sepultura. Mário Varela Gomes refere que o contexto arqueológico em que foi recolhido o *graffito* proporciona uma “datação compreendida entre o Período Islâmico, a partir do século VIII, quando ele pode ter sido cortado (*post quem*) e a sua reutilização nos séculos XIV ou XV (*ante quem*)”⁵⁴. O mesmo autor havia já identificado em 2004 e 2005, juntamente com Rosa Varela Gomes, um outro *graffito* de uma embarcação, no decurso de trabalhos arqueológicos realizados nas ruínas do Castelo Belinho (Morgado do Reguengo, Portimão). Neste caso, o desenho do barco “com cronologia segura em meados do século XII” foi “executado com ponta aguçada, muito possivelmente metálica” sobre um bloco de taipa, “quando a taipa ainda não se encontrava totalmente seca”⁵⁵.

Como temos vindo a constatar são inúmeros os exemplos de *graffiti* representando barcos que foram gravados em pedras ou elementos avulsos, em edifícios de arquitetura religiosa, civil ou militar. De resto, os exemplos deste tipo de *graffiti* de embarcações medievais repetem-se um pouco por todo o Mediterrâneo, como André Bazzana teve oportunidade de catalogar para a zona da Península Ibérica e Marrocos em 2006⁵⁶.

Em Espanha os estudos sobre *graffiti* têm vindo a ser desenvolvidos por diversos autores. No *IV Congreso de Arqueología Medieval Española*, reunido em Alicante em 1993, Elvira González Gozalo e Xavier Pastor Quijada apresentaram um interessante estudo consagrado exclusivamente à represen-

50 EL-BOUDJAY, 2012, p. 389.

51 DIAS, 2000, p. 78.

52 COTTART & CARVALHO, 2010, pp. 196-197, 200-202.

53 GOMEZ MARTINEZ & LOPES, 2011, p. 57.

54 GOMES, 2016, pp. 33-35.

55 *Idem*, *Ibidem*, p. 36.

56 BAZZANA, 2006, pp. 16-35.

tação de embarcações em Maiorca, com um levantamento de dezassete *graffiti* náuticos repartidos por onze monumentos distintos daquela ilha do Mediterrâneo⁵⁷. Na Aljafería de Zaragoza, nomeadamente na Torre del Trovador e no Salón del Trono, e no Mosteiro de Rueda (Sástago, Zaragoza) também encontramos representações de barcos⁵⁸. Em Granada, nas paredes das casas do Bairro del Realejo, Elena Navas Guerrero e António Garrido Carrillo tiveram oportunidade de registar diversos *graffiti* com embarcações⁵⁹. E, seguramente, muitos outros exemplos poderiam ser invocados.

Por fim, e fora do âmbito ibérico, não será possível arrolar aqui todos os exemplos de *graffiti* publicados, mesmo se circunscrevêssemos esse esforço apenas à temática náutica. Na bacia do Mediterrâneo a tradição de grafitar desenhos de barcos é ancestral – recua aos tempos da Antiguidade Clássica, da Grécia e de Roma. Para a Idade Média e para os alvares da Época Moderna conhecem-se importantes conjuntos: para além do já mencionado exemplo da ilha de Maiorca, registemos os casos das ilhas de Malta⁶⁰ e de Chipre⁶¹, ambas objecto de levantamentos sistemáticos no quadro de projectos de investigação. Para Itália são também conhecidos vários casos de *graffiti* de tipo náutico, sobretudo gravados em igrejas. Registemos, a título de exemplo, os barcos grafitados na Igreja de S. Michele in Foro, em Lucca, e na Catedral de Pisa, estudados por David Arduini e Chiara Grassi⁶².

Mas a dispersão destes *graffiti* não é apenas mediterrânica nem sequer se circunscreve às zonas costeiras. Os desenhos de barcos nas paredes de templos, de castelos ou de outras construções, é um fenómeno que ultrapassa em muito a linha da costa, como, de resto, o exemplo de Montalegre eloquentemente nos demonstra. E é um fenómeno que percorre todo o espaço europeu, desde os países nórdicos⁶³ até à Europa do Sul. A Grã-Bretanha, por exemplo, tem um enorme património grafitado e uma larga tradição no seu estudo, ancorada em dezenas de anos de levantamentos, fruto do trabalho de grupos de investigação disseminados um pouco por todo o reino, com uma larga produção *on line*⁶⁴. Entre os milhares de casos de *graffiti* já identificados, Matthew Champion regista mais de 300 referentes a *graffiti* náuticos, com figurações de navios⁶⁵.

À LAIA DE CONCLUSÃO

O *graffito* do castelo de Montalegre, gravado nas paredes do torreão da fortaleza, a cerca de 90 km (em linha recta) da orla costeira, suscita muitas questões. Como verificamos, o carácter esquemático do seu traçado não permite grandes conclusões do ponto de vista cronológico. Mas a proximidade em relação à inscrição do Licenciado Manuel Antunes de Viana, datada de 1580, ajuda a enquadrar o momento da sua criação.

A presença de desenhos de embarcações nas paredes de construções de natureza muito diversa espelha, como nos parece claro, motivações também elas muito distintas. Gravados nas paredes de templos, os desenhos de barcos podem ser reflexo de preces, de votos de encomen-

57 GONZÁLEZ GOZALO & PASTOR QUIJADA, 1993, pp. 1035-1047.

58 Cf. ROYO GUILLÉN & GÓMEZ LECUMBERRI, 2002, pp. 55-155, sobretudo pp. 68-75 e 79-87.

59 Cf. NAVAS GUERRERO & GARRIDO CARRILLO, 2012, pp. 143-154.

60 Cf. MUSCAT, 1991, pp. 143-170; MUSCAT, 1999, pp. 74-105.

61 O projecto cipriota *Karavoi*, liderado por Stella Demesticha, permitiu registar 233 representações de barcos em *graffiti* de 44 monumentos em Chipre – Cf. DEMESTICHA, 2017, pp. 135-141; DEMESTICHA *et alii*, 2017, pp. 346-381.

62 ARDUINI & GRASSI, 2002.

63 WESTERDAHL, 2013, pp. 337-347.

64 Veja-se, por exemplo, o estudo clássico de PRITCHARD, 1967; ou a síntese mais recente de CHAMPION, 2015a. Sobre materiais disponíveis *on line* veja-se, por exemplo, o *Norfolk Medieval Graffiti Survey* disponível em <http://www.medieval-graffiti.co.uk/>.

65 Cf. CHAMPION, 2015b, p. 343. Na sua recente síntese sobre os *graffiti* em igrejas inglesas, Matthew Champion dedica o seu capítulo X ao tema das representações de navios em arquitectura religiosa: CHAMPION, 2015a, Cap. X «Voyages over Stone: Ship Graffiti».

dação ou de reconhecimento – de encomendação para viagens a realizar, convocando a protecção divina, ou de reconhecimento por graças atendidas, em viagens concluídas com sucesso. Têm, nesse sentido, o mesmo significado que os ex-votos que se podem ver em algumas igrejas mais ligadas à devoção de comunidades marinheiras e piscatórias⁶⁶. É o caso das miniaturas de navios oferecidas aos templos, por vezes expostas suspensas nos seus tectos, como vemos na Capela da Sr^a. da Guia (em Vila do Conde), na Capela dos Mareantes (da Igreja Matriz de Caminha), na Ermida de Santa Cristina (em Lloret del Mar), na Igreja de Notre-Dame de Rocamadour de Camaret-sur-Mer (Finisterra, Bretanha), na Igreja do Porto de Saint Goustan (Morbihan) ou na Igreja do Salvador de Helsingor (Dinamarca). Para além das maquetes de navios, acrescentemos os ex-votos em tábuas pintadas, tão comuns até um passado muito recente. A bibliografia sobre os ex-votos marinheiros, e a sua diversidade de suportes, é também muito abundante.

Os estudos ingleses demonstraram que, ao contrário do que numa primeira análise se poderia pensar, os *graffiti* de barcos não se podem associar exclusivamente, ou sequer maioritariamente, aos tempos anteriores à Reforma Protestante, que encarou as comunidades de pescadores e de marinheiros como particularmente receptivas a *superstições*⁶⁷. Com efeito, uma parte substancial destes desenhos tem, no mundo anglo-saxónico, um enquadramento posterior ao triunfo da Reforma. Em todo o caso, a criação destes desenhos – pintados ou gravados – implicou uma *autorização* tácita das entidades religiosas, porque a sua realização por certo não passaria despercebida. De resto, alguns dos *graffiti* do mosteiro da Batalha, por exemplo, não foram sequer pintados nas paredes exteriores do complexo monástico, mas no seu interior...

Os levantamentos sistemáticos que têm vindo a ser realizados revelam uma grande concentração deste tipo de *graffiti* em igrejas e pequenas capelas da orla costeira, estreitamente ligadas a comunidades piscatórias e marinheiras. Entre nós, no século XVI assistimos a uma multiplicação das Capelas de Mareantes (Caminha, 1511; Viana do Castelo, 1504; Fão; Vila do Conde, 1542; Foz do Douro; Sesimbra...) ⁶⁸, espelho da profunda devoção de estas comunidades ligadas ao mar. Mas o crescente número de exemplos de *graffiti* náuticos que tem vindo a ser registado no interior, em zonas muito arredadas da costa, revela que a realidade não se esgota na devoção de comunidades marinheiras.

De resto, quando gravadas nas paredes de fortificações, esses desenhos devem reflectir outras motivações. No caso de Portugal, encontramos alguns *graffiti* que parecem enquadrar-se no primeiro grupo, dos ex-votos. É o caso dos *graffiti* do Mosteiro da Batalha, do Convento de Santa Clara-a-Velha (Coimbra), ou da Capela do Espírito Santo dos Mareantes (em Sesimbra). Mas uma percentagem muito expressiva dos casos aqui arrolados encontra-se registada em castelos ou muralhas, ou seja, em estruturas militares, onde a devoção não deve ter sido o motivo para a sua criação. Recordemos, para além do exemplo de Montalegre, os casos de Montemor-o-Velho, da Amieira, de Olivença, de Arraiolos e da Couraça de Tanger (embora, neste caso, a sua presença até se possa compreender, uma vez que este era o meio de transporte que ligava a praça marroquina ao reino e que, portanto, simbolizava o desejado regresso). E temos ainda outras situações, como o caso do Aqueduto de Água de Prata, em Évora, obra de Francisco de Arruda, terminada em 1535. E o fenómeno nem sequer se circunscreve ao mundo cristão, porque temos *graffiti* de barcos em contextos islâmicos (Alcácer do Sal, Mértola, Silves e Castelo Belinho). E, como já sublinhamos, nalguns casos estamos longe da linha de costa (Montalegre, Olivença, Arraiolos...). O que motivou os autores para a

66 Vd., entre outros, ARMENDARIZ, 2009, pp. 381-402.

67 Cf. CHAMPION, 2015b, pp. 344-345.

68 Cf. BARROCA, 2017b, Insc. N.º 6, p. 136.

realização destes desenhos, nos quais, por vezes, despenderam algum tempo? O fascínio pelas paragens longínquas? Pelas viagens de longo curso, potenciadoras de ricos proventos e de novas esperanças? O que terá levado um pedreiro, nos confins de Trás-os-Montes, bem longe da costa e do Atlântico, a perder algumas horas a gravar, nos silhares do castelo, o desenho esquemático de um navio de grandes proporções?

AGRADECIMENTO

Os autores agradecem ao Arquivo Nacional Torre do Tombo a cedência das imagens das figuras 5, 6 e 7.

BIBLIOGRAFIA

Fontes

Arquivo da Universidade de Coimbra, PT/AUC/ELU/UC-AUC/B/001-001/A/007320

ANTT – Chanc. D. João II, Livro 1, fl. 57

ANTT – *Livro das fortalezas situadas no extremo de Portugal e Castela por Duarte de Armas, escudeiro da Casa do rei D. Manuel I*. Códices e documentos de proveniência desconhecida, n.º 159, fls. 97, 98 e 131v, PT/TT/CF/159

Fontes editadas

ARMAS, Duarte de (1990), *Livro das Fortalezas*. Fac-simile do Ms. 159 da Casa Forte do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, com Introdução e Notas de Manuel da Silva Castelo Branco, Lisboa, INAPA/ANTT, 1990 (2ª ed., 1997; 3ª ed., 2006)

ARMAS, Duarte de (2016), *Livro das Fortalezas*, Ed. de João José Alves Dias, Lisboa, Caleidoscópio/Academia Internacional de Cenografia, 2016

Chanc. D. Afonso III = *Chancelaria de Afonso III*, ed. de Leontina Ventura e António Resende Oliveira, vol. I e II, Coimbra, 2006-2011

Chanc. D. Afonso IV = *Chancelarias Medievais Portuguesas, D. Afonso IV*, ed. A. H. Oliveira Marques, 3 vols., Lisboa, INIC/UNL, 1990-1992

Chanc. D. Pedro I = *Chancelarias Medievais Portuguesas, D. Pedro*, ed. A. H. Oliveira Marques, 1 vol., Lisboa, INIC/UNL, 1984

Chanc. D. João I = *Chancelarias Medievais Portuguesas, D. João I*, ed. João José Alves Dias, 11 vols., Lisboa, INIC/UNL, 2004-2006

Chanc. D. Duarte = *Chancelarias Medievais Portuguesas, D. Duarte*, ed. João José Alves Dias, 4 vols., Lisboa, INIC/UNL, 1998-2002

Demarcações de Fronteira, ed. de Humberto Baquero Moreno, vol. 3, Porto, Universidade Portuguesa, 2003

PMH, *Leges = Portugaliae Monumenta Historica – Leges et Consuetudines*, Lisboa, Academia das Ciências, 1856-1868

SANTANA, Maria Olinda Rodrigues (2008) – *Documentação Foraleira Dionisina de Trás-os-Montes*, Lisboa, Ed. Colibri

Estudos

- ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de (1978), *Arquitectura Românica de Entre-Douro-e-Minho*, Dissertação de Doutoramento, 2 Vols., Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto (edição policopiada)
- ARDUINI, David; GRASSI, Chiara (2002), *Graffiti di navi medievali sulle chiese di Pisa e di Lucca*, Pisa, Felice Editore
- ARMENDARIZ, Xabier (2009), “Exvotos y ofrendas marineras en el País Vasco: Estado del estudio e inventários de materiales votivos marítimos”, *Itsas Memoria. Revista de Estudios Marítimos del país Vasco*, 6, Museo Naval, Donostia-San Sebastian, pp. 381-402
- BARATA, João da Gama Pimentel (1989), *Estudos de Arqueologia Naval*, 2 vols., Lisboa, INCM
- BARATA, João da Gama Pimentel (1970), “O traçado das naus e galeões Portugueses de 1550-80 a 1640”, *Agrupamento de Estudos de Cartografia Antiga*, Secção de Lisboa, Série separatas XXXVIII, Junta de Investigações do Ultramar (Separata de *Revista da Universidade de Coimbra*, vol. XXIV)
- BARROCA, Mário Jorge (1992), “Medidas-Padrão Medievais Portuguesas”, *Revista da Faculdade de Letras – Série de História*, IIª Série, vol. 9, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp. 53-85
- BARROCA, Mário Jorge (2000), *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*, vol. I, Lisboa, FCG-FCT
- BARROCA, Mário Jorge (2017a), “O Livro das Fortalezas de Duarte de Armas – contributo para uma análise comparativa dos manuscritos de Lisboa e de Madrid”, *Genius Loci: Lugares e Significados/ Places and Meanings*, vol. II, Porto, CITCEM e DCTP, pp. 183-205
- BARROCA, Mário Jorge (2017b), “Inscrições medievais e modernas de Vila do Conde (Séculos XV a XVII)”, *PORTVGALIA*, Nova Série, vol. 38, Porto, 2017, pp. 127-176
- BAZZANA, André (2006), “Les graffiti de bateaux dans al-Andalus et au Maghreb al-Aqsâ”, *Les Cahiers de l’Urbanisme, Mélanges d’archéologie médiévale, Liber amicorum, en hommage à André Mathys*, Bruxelles, pp. 16-35
- BILOU, Francisco (2015), *Grafitos medievais com figuração de barcos, uma interpretação possível*, edição de autor, policopiada
- BRANCO, Manuel J. C.; BILOU, Francisco (2011), *Inscrição e grafitos medievais no castelo de Arraiolos*, Arraiolos, Câmara Municipal de Arraiolos
- CAPELA, José Viriato; BORRALHEIRO, Rogério; MATOS, Henrique (2006), *As Freguesias do Distrito de Vila Real nas Memórias Paroquiais de 1758*, Braga
- CHAMPION, Matthew (2015a), *Medieval Graffiti. The lost voices of England’s churches*, Ebury Press
- CHAMPION, Matthew (2015b), “Medieval Ship Graffiti in English Churches: Interpretation and Function”, *The Mariner’s Mirror*, vol. 101 (3), pp. 343-350
- CHAMPION, Matthew (2017), “Ship graffiti in East Anglian churches: a reflection of Maritime interventions?”, in AYERS, Brian *et alii*, *Six Essays in Hanseatic History*, Poppyland Publishing, pp. 55-71
- COTTART, Nicole Danièle; CARVALHO, António Rafael (2010), “Os grafitos da muralha almóada de Alcácer do Sal”, *Conimbriga*, vol. 49, Coimbra, FLUC, pp. 183-223
- DEMESTICHA, Stella (2017), “KARAVOI: A Programme for the Documentation of Ship Graffiti on Medieval and post-Medieval Monuments of Cyprus”, in J. Litwin (Ed.), *Baltic and Beyond. Change and Continuity in Shipbuilding. Proceedings of the Fourteenth International Symposium on Boat and Ship Archaeology*, Gdansk, National Maritime Museum, pp. 135-141

- DEMESTICHA, Stella *et alii* (2017), “Seamen on Land? A Preliminary Analysis of Medieval Ship Graffiti on Cyprus”, *The International Journal of Nautical Archaeology*, vol. 46 (2), pp. 346-381
- Diário de Notícias*, ed. de 24.05.2017 – “Vandalismo de gravura em Foz Côa: dois homens constituídos arguidos”. Consulta realizada no dia 13-04-2020 e disponível em: <https://www.dn.pt/sociedade/pj-identifica-suspeitos-de-vandalismo-de-gravura-do-parque-arqueologico-do-vale-do-coa-8503581.html>
- DIAS, Pedro (2000), *A Arquitectura dos Portugueses em Marrocos, 1415-1769*, Lisboa, Livraria Minerva
- EL-BOUDJAY, Abdelatif (2012), “La coracha de Tanger”, *Velhos e novos mundos. Estudos de Arqueologia Moderna*, Vol. 1, Lisboa, Centro de História de Além-Mar, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Universidade Nova de Lisboa, pp. 385-392
- FERREIRA, António Luís (2014), *O mosteiro de Santa Maria da Vitória no século XVI. As Capelas Imperfeitas e o Renascimento em Portugal*, dissertação de mestrado, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa
- FERREIRA, Manuel Duarte (2012), *Mogadouro 1509. Duarte de Armas Descodificado*, Mogadouro, Ed. do Autor
- FILGUEIRAS, Octávio da Lixa (1982), “A Nave esculpida numa torre da Sé do Porto – Ensaio de identificação”, *Arqueologia*, n.º 6, Porto, GEAP, pp. 112-117
- FREIRE, Anselmo Braamcamp (1909), “A Povoação de Trás os Montes no XVI Século”, *Arquivo Histórico Português*, vol. VII, Lisboa, pp. 241-290
- GARCIA DIEZ, Marco; LUÍS, Luís (2002-03), “José Alcino Tomé e o último ciclo artístico rupestre do vale do Côa: um caso de etnoarqueologia”, *Estudos Pré-históricos*, vol. X-XI, Viseu, pp. 199-223
- GOMES, Mário Varela (2016), “Iconografia de embarcações islâmicas no actual território Português”, *Gestão dos Recursos Florestais Portugueses na Construção Naval da Idade Moderna: História e Arqueologia*, Lisboa, Instituto de Arqueologia e Paleociências, FCSH – Universidade Nova de Lisboa, pp. 33-44
- GOMES, Rita Costa (2003), *Castelos da Raia. Vol. II, Trás-os-Montes*, Lisboa, IPPAR
- GOMES, Rosa Varela (2016), “Antecedentes da construção naval em Portugal”, *Gestão dos Recursos Florestais Portugueses na Construção Naval da Idade Moderna: História e Arqueologia*, Instituto de Arqueologia e Paleociências, FCSH – Universidade Nova de Lisboa, pp. 23-32
- GÓMEZ MARTINEZ, Susana; LOPES, Virgílio (2011), “Laje com representações de barcos”, *Os signos do quotidiano: gestos, marcas e símbolos no Al-Ándalus*, Mértola, Campo Arqueológico de Mértola, p. 57
- GONZÁLEZ GOZALO, Elvira; PASTOR QUIJADA, Xavier (1993), “La arquitectura naval de los graffiti medievales mallorquines”, *Actas del IV Congreso de Arqueología Medieval Española*, tomo III, Alicante, pp. 1035-1047
- GRAÇA, António Santos (1982), *O Poveiro*, 2.ª edição, Póvoa de Varzim, Câmara Municipal da Póvoa de Varzim
- JORGE, Orlindo J. P. C. G. Pires (2017a), *Dos grafitos à grande sala do risco do Mosteiro da Batalha*, Batalha, ed. de autor. Disponível para consulta no dia 16-04-2020 em: [http://www.academia.edu/36408562/Dos_grafitos_%C3%A0_grande_sala_do_risco_do_Mosteiro_da_Batalha]
- JORGE, Orlindo J. P. C. G. Pires (2017b), *Dos grafitos à grande sala do risco do Mosteiro da Batalha, Anexos*, Batalha, ed. de autor. Disponível para consulta no dia 16-04-2020 em: [https://www.academia.edu/36408562/Dos_grafitos_%C3%A0_grande_sala_do_risco_do_Mosteiro_da_Batalha]

www.academia.edu/36472487/Dos_grafitos_%C3%A0_grande_sala_do_risco_do_Mosteiro_da_Batalha_-_Anexo]

- JORGE, Orlindo J. P. C. G. Pires (2017c), *Mosteiro de Santa Maria da Vitória, Batalha, Levantamento dos grafitos do interior das Capelas-Imperfeitas, do Século XV ao Século XX*, Parte I, Batalha, ed. de autor. Disponível para consulta no dia 16-04-2020 em: [https://www.academia.edu/31725081/Levantamento_dos_grafitos_do_interior_das_Capelas_Imperfeitas._Do_s%C3%A9c._XV_ao_s%C3%A9c._XX._Parte_I]
- JORGE, Orlindo J. P. C. G. Pires (2017d), *Mosteiro de Santa Maria da Vitória, Batalha, Levantamento dos grafitos do interior das Capelas-Imperfeitas, do Século XV ao Século XX*, Parte II, Batalha, ed. de autor. Disponível para consulta no dia 16-04-2020 em: [https://www.academia.edu/31725424/Levantamento_dos_grafitos_do_interior_das_Capelas_Imperfeitas._Do_s%C3%A9c._XV_ao_s%C3%A9c._XX._Parte_II]
- MACHADO, Diogo Barbosa (1965-67), *Bibliotheca Lusitana*, 4 vols., 3ª ed., Coimbra, Atlântida Editora
- MANSO PORTO, Carmen (1999), *Cartografia Histórica Portuguesa. Catálogo de Manuscritos (Séculos XVII-XVIII)*, Madrid, Real Academia de la História
- MARQUES, Alfredo Pinheiro (2000), *Inscrições medievais no castelo de Olivença deixadas por mãos portuguesas na Torre de Menagem do século XIV aumentada pelo “Príncipe Perfeito” Dom João II*, Montemor-o-Velho, Coimbra, Olivença, Centro de Estudos do Mar
- MARTINS, Adolfo Silveira; RAMALHO, Maria de Magalhães (2016), “Navios no Mosteiro da Batalha: Contributo para o estudo dos *graffiti* históricos”, *Revista Portuguesa de Arqueologia*, vol. 19, Lisboa, pp. 301-311
- MONTEIRO, Patrícia Alexandra Rodrigues (2013), *A Pintura Mural no Norte Alentejo (séculos XVI a XVIII), Núcleos temáticos da Serra de S. Mamede*, Dissertação de Doutoramento, 2 Vols., Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa
- MUSCAT, Joseph (1991), “Maltese Ship Graffiti (1500-1900)”, in *Medieval Ships and the Birth of Technological Societies*, vol. II, La Valetta, pp. 143-170
- MUSCAT, Joseph (1999), “Ship Graffiti – a Comparative Study”, *Journal of Mediterranean Studies*, vol. 9 (1), La Valetta, pp. 74-105
- NAVAS GUERRERO, Elena; GARRIDO CARRILLO, António (2012), “Grafitos históricos murários de la Cuesta del Pescado n.º 16-18, en el Barrio del Realejo (Granada)”, *De Arte*, n.º 11, pp. 143-154
- PENAJÓIA, Marco (2014), “Grafitos, inscrição árabe e outras marcas históricas identificados no castelo de Montemor-o-Velho”, *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, vol. 14, Coimbra, pp. 231-252
- PRITCHARD, Violet (1967), *English Medieval Graffiti*, Cambridge, Cambridge University Press, (reprint, Cambridge University Press, 2008)
- PRITCHARD, Violet (1987), “Some English medieval ship graffiti”, *Mariners Mirror*, vol.73, 3, Londres, Taylors & Francis
- PUJOL i HAMELINK, Marcel (2008), “Tecnología Marítima en la Corona de Aragón. Construcción naval, navegación e infraestructuras portuárias”, in NAVASCUÉS PALACIO, Pedro (Coord. de) *Ars Mechanicae: Ingeniería Medieval en España*, CEDEX-CEHOPU e Fundación Juanelo Turriano, pp. 151-165
- REAL, Manuel Luís (1984), “Inéditos de Arqueologia Portuense”, *Arqueologia*, vol. 10, Porto, GEAP, pp. 30-43

- Reyes Téllez, Francisco; Viñuales Ferreiro, Gonzalo; Ozcáriz Gil, Pablo (2018), “Introducción: Grafitos, Grafiti y Grafías. La necesidad histórica de permanecer en los muros”, *Revista Otarq: Otras arqueologías*, vol. 3, Madrid, JAS Arqueología S.L.U., pp. 2-6.
- ROYO GUILLÉN, José Ignacio; GÓMEZ LECUMBERRI, Fabiola (2002), “Panorama General de los *Graffiti* murales y de los grabados al aire libre medievales y postmedievales en Aragón: Paralelos y Divergencias”, in *Los Graffiti: Un patrimonio inédito para el análisis de la Historia de las Mentalidades, Al-Qannis – Bolletín del Taller de Arqueología de Alcañiz*, vol. 9, Alcaniz (Teruel), pp. 55-155
- RUIZ DE LA PEÑA, Isabel (2014), “La representación del barco en los templos medievales de la fachada atlántica de la Península Ibérica”, *De Arte*, vol. 13, pp. 31-49
- SALGADO, Augusto; FREIRE, Jorge; FRAGA, Tiago Miguel (2017), “Notes on the Ship Graffiti in the Espírito Santo dos Navegantes Hospital, Sesimbra, Portugal”, *The International Journal of Nautical Archaeology*, vol. 46, t. 2, pp. 427-433
- SERRÃO, Eduardo da Cunha; SERRÃO, Vítor (1977), “Vestígios da antiga Capela do Espírito Santo dos Mareantes de Sesimbra”, *Actas das III Jornadas Arqueológicas*, Lisboa, Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 387-407
- SILVA, Inocêncio Francisco da (1860-1893), *Dicionário Bibliográfico Português*, vol. 5, Lisboa, Imprensa Nacional, e vol. 16 (Suplemento de M. de Brito Aranha), Lisboa, Imprensa Nacional
- VILAS-BOAS, António Machado de (1984), *Catalogo dos Varoens Illustres en Santidade, Letras e Armas da Mui Notavel Villa de Vianna do Lima*, ed. de Manuel Artur Norton, Viana do Castelo, Instituto Cultural Galaico-Minhoto
- VILLAR QUINTERO, Rosa (2017), “Grabados de barcos antiguos en Baiona (Pontevedra)”, *Anuario Brigantino*, n.º 40, pp. 359-376
- WESTERDAHL, Christer (2013), “Medieval Carved Ship Images Found in Nordic Churches: the poor man’s votive ships?”, *The International Journal of Nautical Archaeology*, vol. 42, t. 2, pp. 337-347



Fig. 1: Castelo de Montalegre. Vista geral.



Fig. 2: Castelo de Montalegre. Panorâmica sobre a praça de armas e as três torres.

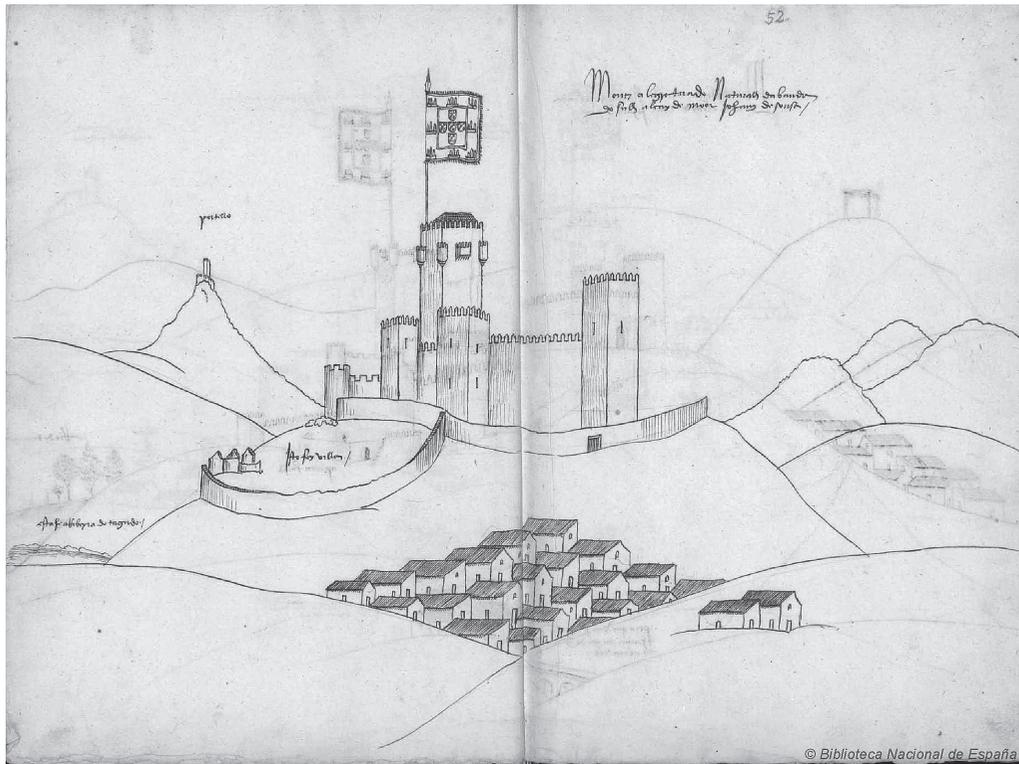


Fig. 3: Castelo de Montalegre. Duarte de Armas. Vista de Sul do manuscrito de Madrid (Biblioteca Nacional de Espanha, Mss 9241, fl. 52 – imagem reproduzida sob licença Creative Commons: CC-BY-NC-SA).

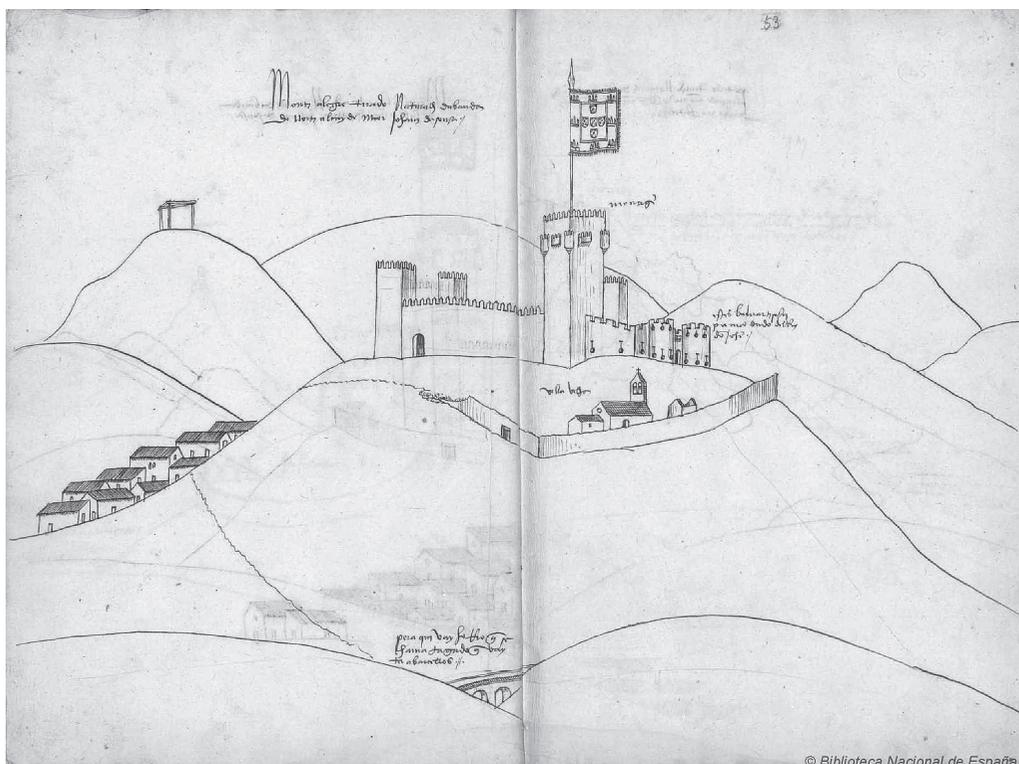


Fig. 4: Castelo de Montalegre. Duarte de Armas. Vista de Norte do manuscrito de Madrid (Biblioteca Nacional de Espanha, Mss 9241, fl. 53 – imagem reproduzida sob licença Creative Commons: CC-BY-NC-SA).

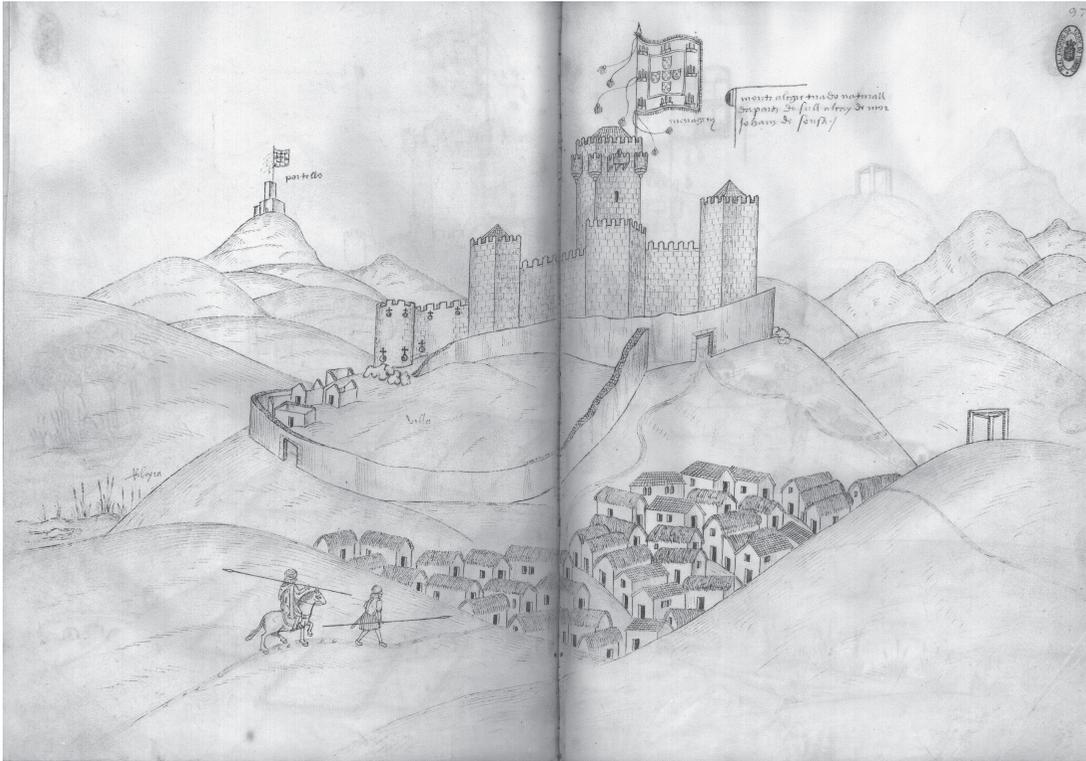


Fig. 5: Castelo de Montalegre. Duarte de Armas. Vista de Sul do manuscrito de Lisboa (ANTT, Ms. 159, fl. 97, PT/TT/CF/159 – imagem gentilmente cedida pelo ANTT).



Fig. 6: Castelo de Montalegre. Duarte de Armas. Vista de Norte do manuscrito de Lisboa (ANTT, Ms. 159, fl. 98, PT/TT/CF/159 – imagem gentilmente cedida pelo ANTT).

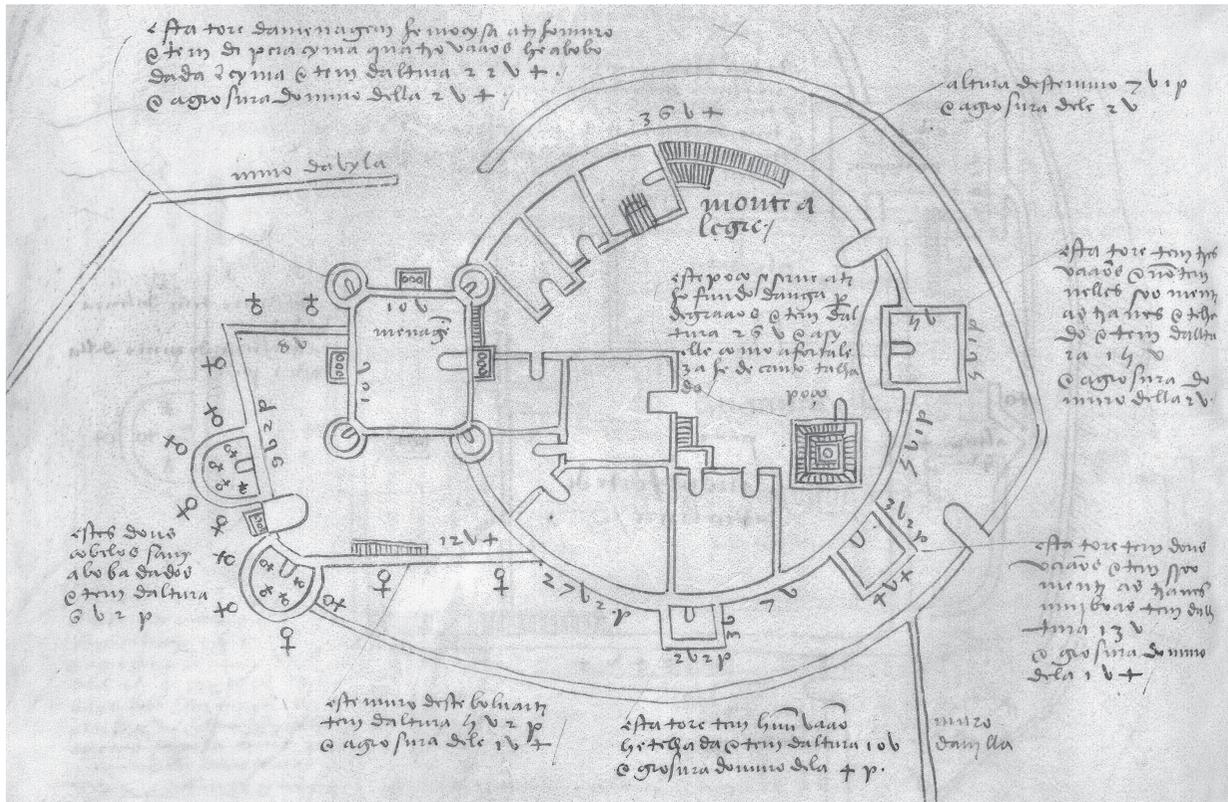


Fig. 7: Castelo de Montalegre. Duarte de Armas. Planta da Fortificação (ANTT, Ms. 159, fl. 131v, PT/TT/CF/159 – imagem gentilmente cedida pelo ANTT).

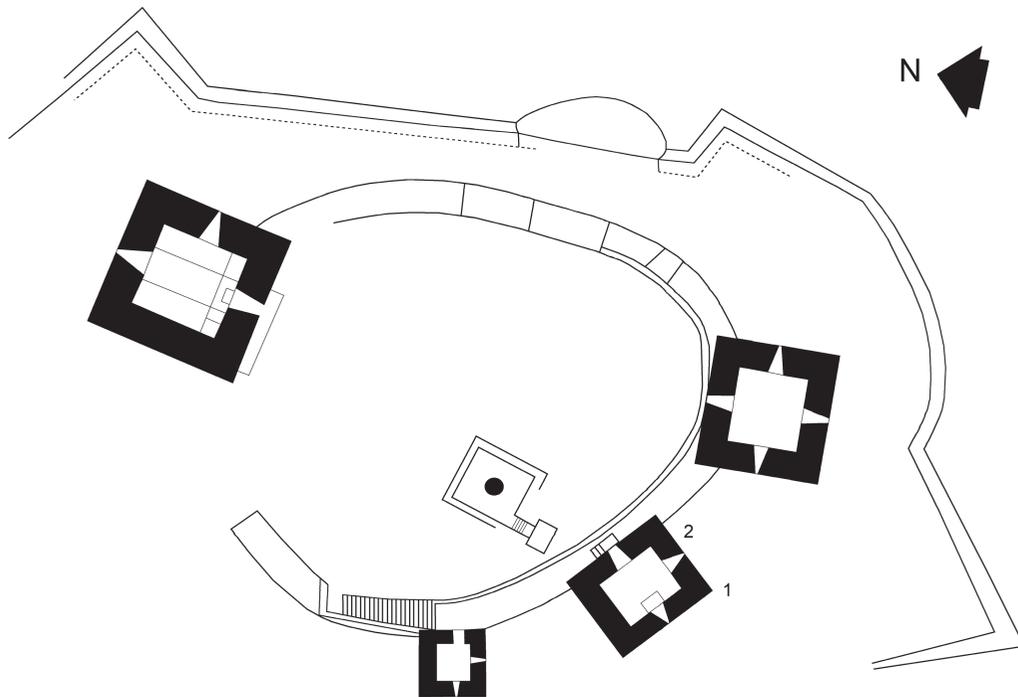


Fig. 8: Castelo de Montalegre. Planta (adaptada do SIPA) assinalando-se o posicionamento da inscrição do Licenciado Manuel Antunes de Viana (1) e o *graffito* (2).

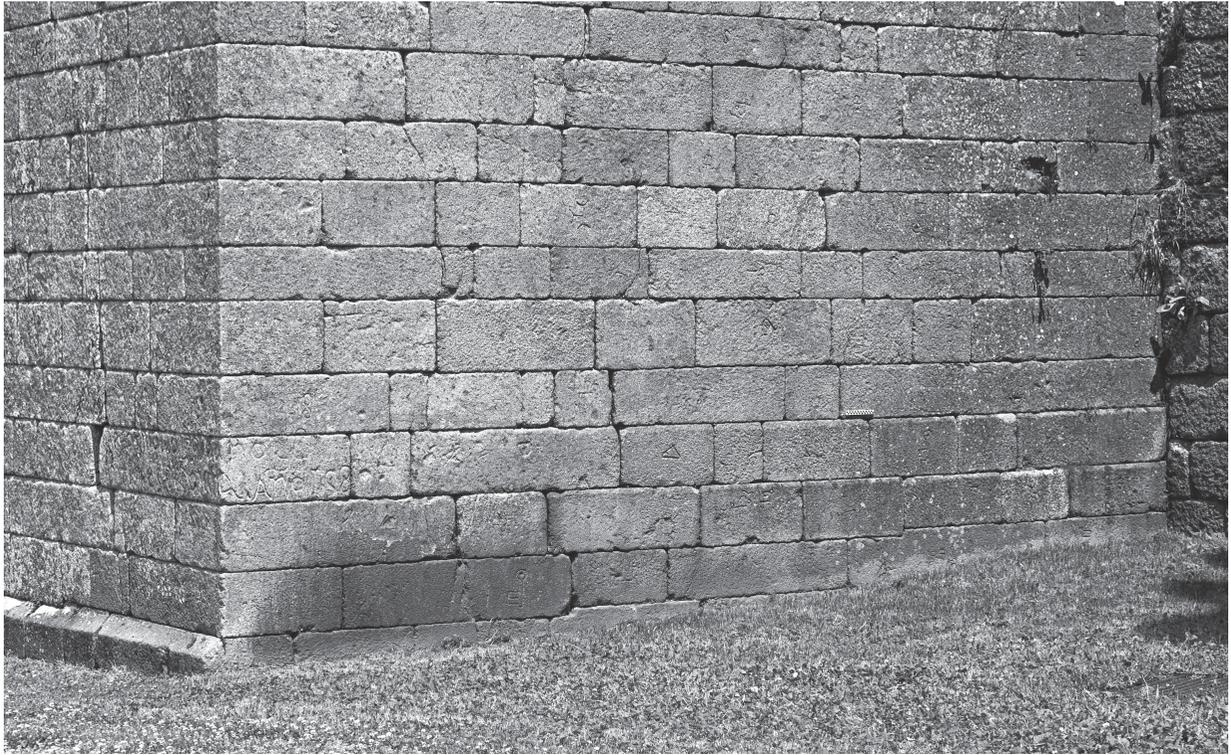


Fig. 9: Castelo de Montalegre. Perspectiva sobre a localização da inscrição e do *graffito*.



Fig. 10: Castelo de Montalegre. Inscrição do Licenciado Manuel Antunes de Viana no silhar voltado a sudoeste.



Fig. 11: Castelo de Montalegre. Inscrição do Licenciado Manuel Antunes de Viana no silhar voltado a sudeste.



Fig. 12: Castelo de Montalegre. Barbacã de porta e torre de menagem.



Fig. 13: Castelo de Montalegre. Torre de menagem.

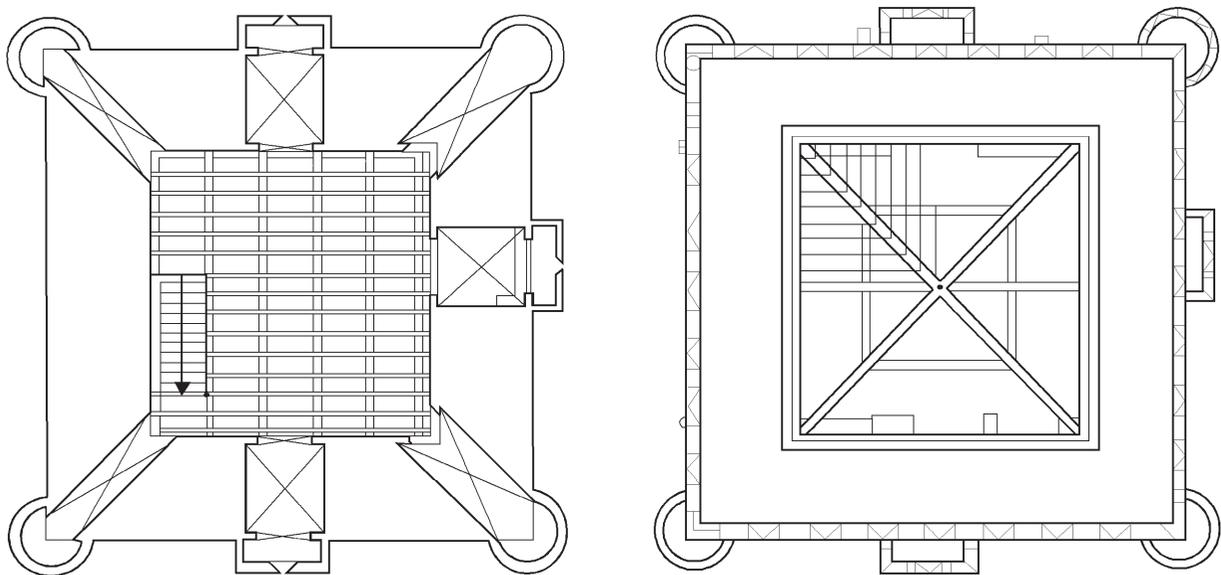


Fig. 14: Castelo de Montalegre. Planta da torre de menagem (adaptado do SIPA).



Fig. 15: Castelo de Montalegre. Torre Furada.



Fig. 16: Castelo de Montalegre. Barbacã de porta.



Fig. 17: Castelo de Montalegre. Barbacã de porta.



Fig. 18: Castelo de Montalegre. Troeira da barbacã de porta.



Fig. 19: Castelo de Montalegre. *Graffito*.

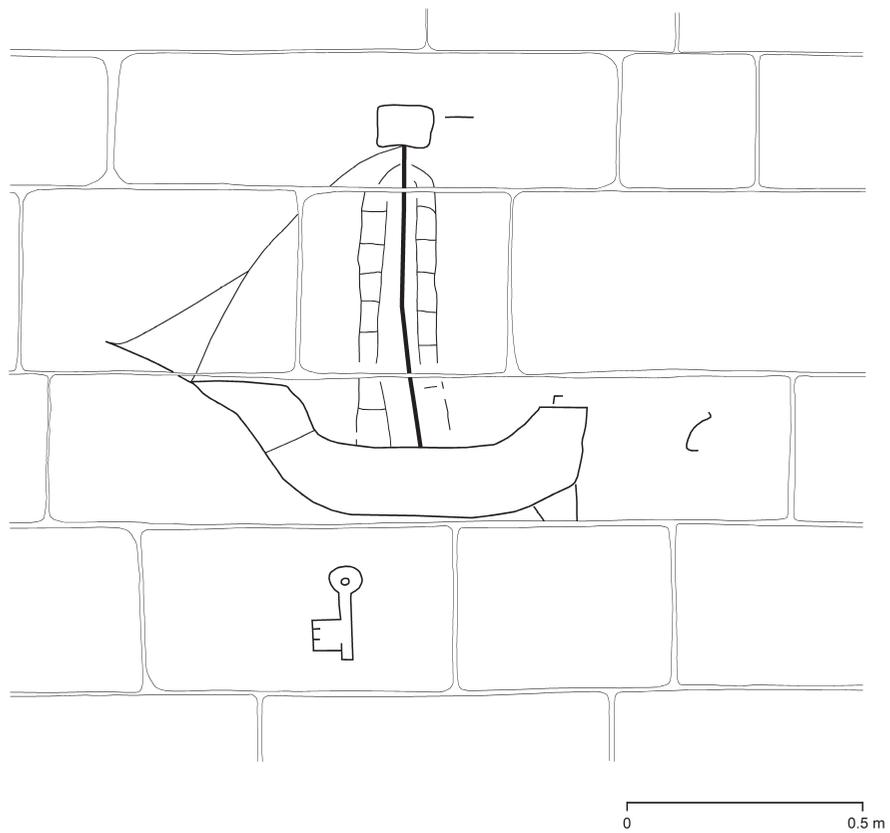


Fig. 20: Castelo de Montalegre. Levantamento do *graffito*.

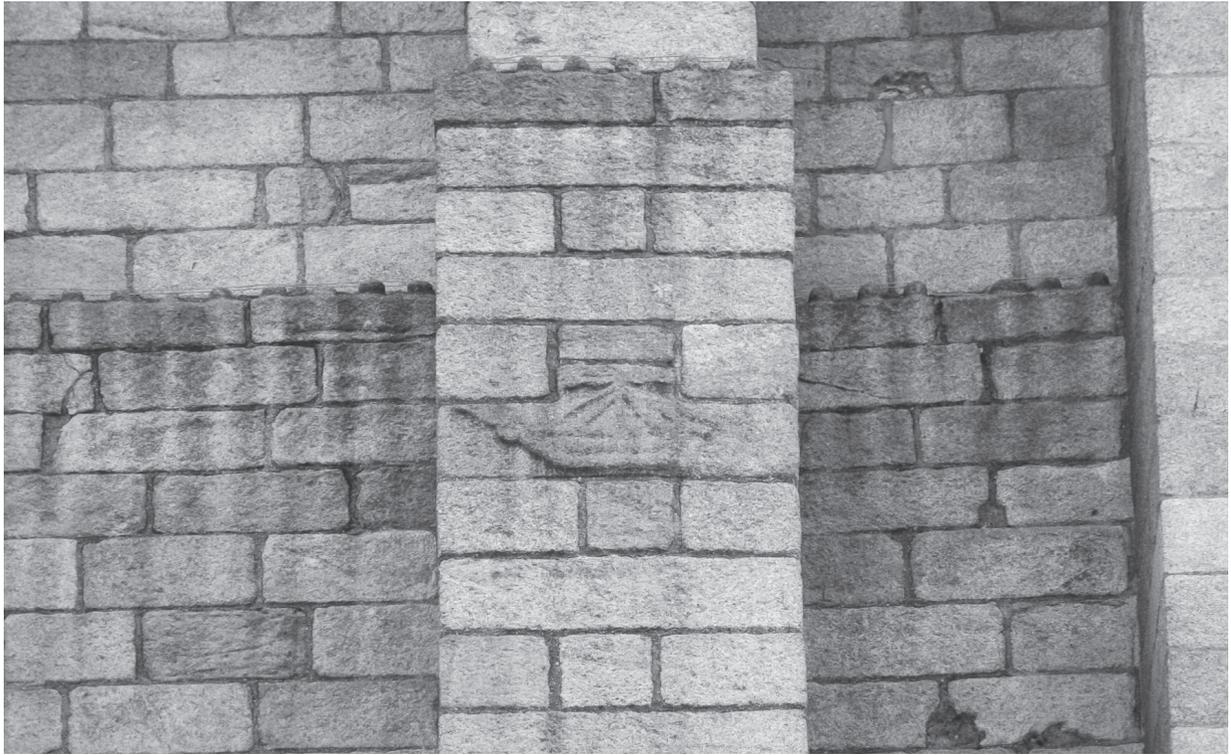


Fig. 21: Sé do Porto. Relevo representando uma coca.



Fig. 22: Viana do Castelo. Relevo da casa quinhentista da Viela da Parenta.



Fig. 23: Mosteiro da Batalha. *Graffito* representando barco.

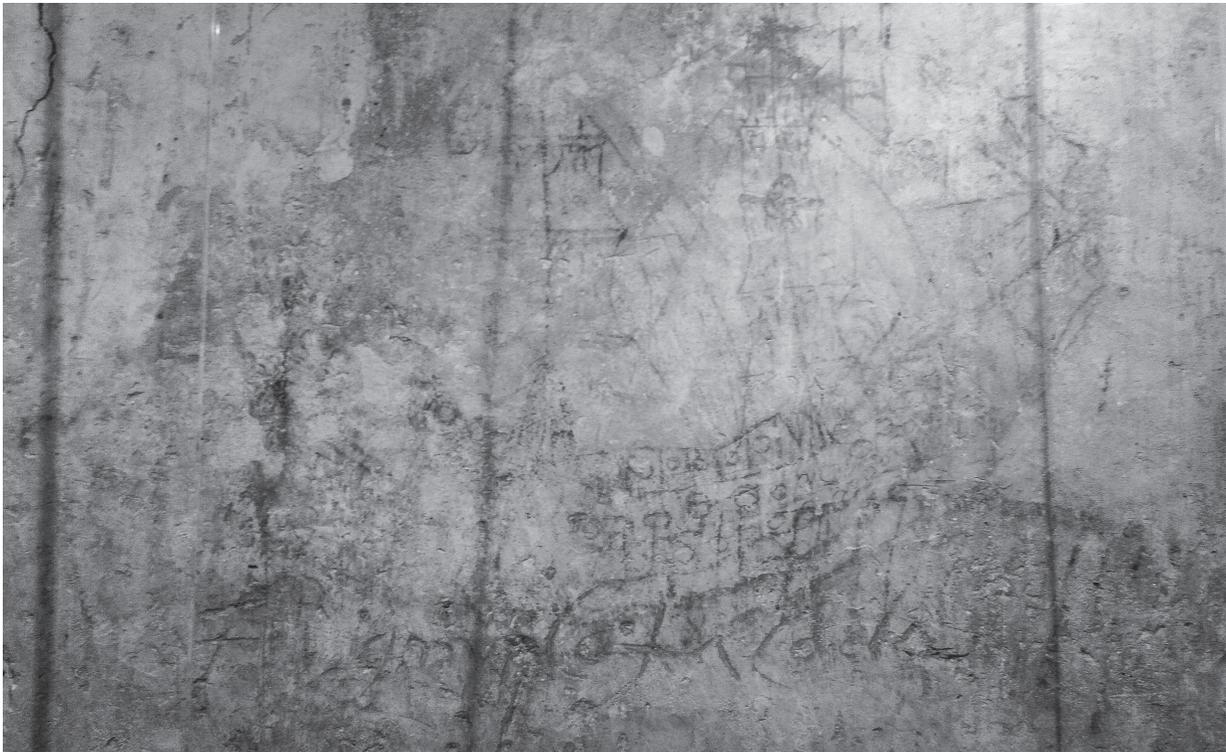


Fig. 24: Sesimbra. Hospital do Espírito Santo dos Mareantes. *Graffito* representando barco.